

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE BELAS ARTES
CURSO DESIGN DE MODA

Luísa Soares Campos

**O fenômeno social da moda brasileira e suas interfaces com o
movimento feminista das primeiras décadas do século XX (1901-1936)**

Belo Horizonte

2022

Luísa Soares Campos

O fenômeno social da moda brasileira e suas interfaces com o movimento feminista das primeiras décadas do século XX (1901-1936)

Trabalho de Conclusão de Curso do bacharelado em Design de Moda da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Apresentação banca final.

Orientadora: Prof. Ana Paola dos Reis

Belo Horizonte

2022

“Ensinaamos as meninas a se encolherem, para se tornarem ainda mais pequenas. Dizemos para meninas “você pode ter ambição, mas não muita. Você deve ansiar para ser bem sucedida, mas não muito bem sucedida. Caso contrário, você vai ameaçar o homem.” Porque sou do sexo feminino, esperam que eu almeje o casamento. Esperam que eu faça as escolhas da minha vida sempre tendo em mente que o casamento é o mais importante. Agora, o casamento pode ser uma fonte de alegria, amor e apoio mútuo, mas por que ensinamos as meninas a ansiar pelo casamento e não ensinamos a mesma coisa para os meninos? Criamos meninas para serem concorrentes, não para empregos ou para conquistas, que eu acho que podem ser uma coisa boa, mas para a atenção dos homens. Ensinaamos as meninas que não podem ser seres sexuais da mesma forma que os meninos são. Feminista: pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos.” Chimamanda Ngozi Adichie, 2015, tradução nossa.

Agradecimentos

À Universidade Federal de Minas Gerais, por ter proporcionado a possibilidade de imersão no campo de Design de Moda.

À minha orientadora, Ana Paola dos Reis, que prontamente aceitou a tarefa de ser uma guia para o conhecimento e pacientemente respondeu às minhas dúvidas.

A Melina Lopes, Raphaela Leite e Sabrina Ely, que, de certa forma, iniciaram a jornada comigo e sempre estiveram ao meu lado para dizer o que eu mais precisava ouvir – no horário que fosse.

E à minha família: Gláucia, Marcelo, Marina, Matheus e Yuri por serem meus maiores incentivadores, por me amarem e me apoiarem nas minhas aventuras para me encontrar.

Resumo

Esta monografia propõe compreender as transformações na moda feminina no início do século XX presentes nas revistas ilustradas brasileiras do período, a partir das novas maneiras de pensar e representar o gênero feminino consequentes da luta do movimento feminista por emancipação e da modernidade do início a Primeira República. A partir de uma revisão bibliográfica e iconográfica histórica social, busca-se entender as características da primeira onda movimento feminista brasileiro, enfatizando suas formas de organização, lutas e desafios. Objetiva-se, também, analisar as noções de moda e beleza que circulavam na época, de forma a compreender como as mudanças interferiam no cotidiano das mulheres e no discurso do protagonismo social feminino em uma sociedade comandada pelo patriarcado.

Palavras-chave: representação feminina, moda, movimento feminista brasileiro, revistas ilustradas.

Abstract

This monograph calls for understanding the transformations in women's fashion at the beginning of the 20th century presented in the illustrated magazines of the period, from the new ways of thinking and representing the female gender resulting of the struggle of the feminist movement for emancipation and the modernity of the beginning of the First Republic. From a bibliographic and social historical iconographic review, I seek to understand the characteristics of the first wave of the Brazilian feminist movement, emphasizing its forms of organization, struggles and challenges. It also aims to analyze the notions of fashion and beauty that circulated at the time, in order to understand how the changes interfered in the daily lives of brazilian women and in the reasoning of female social protagonism in a society ruled by patriarchy.

Keywords: female representation, fashion, Brazilian feminist movement, illustrated magazines.

Lista de Figuras

Figura 1 - Charge “O Voto às mulheres: quadros de futuro”.....	18
Figura 2 - Charge “O desfôro científico na camara ou a estylisação do desaforo parlamentar”.....	23
Figura 3 - Charge “Caveant Feminas...”.....	24
Figura 4 - Anúncio “Cap Arcona”.....	30
Figura 5 - Anúncio “Rouge e Bâton de Gallys”.....	30
Figura 6 - Anúncio “corantes Indanthren”.....	36
Figura 7 - Anúncio “Collarinho Copacabana”.....	39
Figura 8 - Charge “A idade media e a idade dos extremos”.....	41f
Figura 9 - Charge “A androginia na ordem do dia”.....	43
Figura 10 - Charge “O lar de uma Suffragette...”.....	45
Figura 11 - Ilustração “Suffragistas...”.....	48
Figura 12 - Ilustração “Suffragistas...”.....	49

Sumário

1. Introdução.....	8
2. Os sopros do feminismo no Brasil.....	11
2.1 A origem do Feminismo	12
2.2 A primeira onda feminista no Brasil	13
2.2.1 Os primeiros grupos feministas.....	16
2.2.2 Unidas às urnas.....	22
2.3 Construções e representações do universo feminino.....	26
3. A moda como espelho da sociedade	35
3.1 O vestuário como campo de lutas da emancipação feminina.....	37
3.2 A flexibilização das aparências entre os gêneros	41
3.3 A emancipação feminina sob a ótica da imprensa	46
4. Considerações finais.....	52
Referências bibliográficas.....	54

1. Introdução

Considerado um dos mais importantes e transformadores movimentos da história, a luta feminista, apesar de apresentar diferenças em suas origens e objetivos, questionou o papel social da mulher e lutou pela emancipação feminina. A busca pela liberdade feminina, ainda que tardia, como esperado, foi conflituosa: envolveu quebra de paradigmas, revisão de conceitos e de comportamento.

Desde seus primeiros respiros no Brasil no século XIX, os movimentos feministas tiveram importante função na redefinição na ordem de gênero no país. Ainda que a expansão e os limites do movimento feminista brasileiro não tenham seguido uma operação direta ou linear ao longo de sua atuação, o movimento, em geral, propôs a reivindicação dos direitos políticos, sociais e econômicos das mulheres dentro de uma sociedade tradicionalista, que buscava e prezava pela permanência de costumes e tradições patriarcais.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, a mulher assume vários papéis durante a história, os quais foram conquistados por lutas em diferentes classes sociais, etnias e idades (MORAIS; IRSCHLINGER; 2012, p. 143). Nesse cenário, a moda, além de ser uma grande aliada da luta emancipatória, é um ferramenta visual fundamental para a construção e propagação de sujeitos femininos específicos. Símbolo das transformações da sociedade brasileira na época, ela também é um dos principais artefatos que estiveram envolvidos no processo de mudanças técnicas e culturais brasileiras (DE CARVALHO CASTRO, 2019, p. 89) - ainda que pareçam interdependentes em alguns momentos.

Entendida como um sistema de significados, a moda possui uma sintaxe, isto é, uma organização da expressão seguindo uma forma e ordenação que varia de acordo com alguns fatores – faixa etária, grupos sociais, atividade exercida, etc. O seu estudo é extremamente importante para qualquer pesquisa de moda pois, ao investigar os significados que os elementos e a construção de costumes ou de moda exprime, busca-se também entender os discursos e valores enunciados pelas regras sociais da sociedade.

A partir de uma revisão bibliográfica e iconográfica com abordagem no contexto histórico social das primeiras décadas do século XX no Brasil, este trabalho de monografia tem por objetivo investigar as interseções da trajetória da primeira onda do movimento feminista brasileiro e as transformações ocorridas no modo de vestir feminino exemplificadas pelas revistas ilustradas. Por isso, também será investigada as contribuições das transformações da moda para a desconfiguração das fronteiras simbólicas entre masculino e o feminino e como elas fortalecem as questões da emancipação feminina e a afirmação das mulheres na sociedade defendidas pelo movimento feminista.

Apesar de a comunicação humana ter como principal instrumento a linguagem falada, é importante destacar a ideia de que a moda é uma forma de comunicação não-verbal, uma vez que não usa palavras faladas ou escritas (BARNARD, 2003, p. 112). Dessa maneira, a sociedade também se comunica pelas imagens. Ao exercerem um papel central na construção do imaginário acerca da moda no país, a análise das representações midiáticas da moda feminina brasileira também será necessária para a observação de elementos evocadores de estilos, padrões sociais e modos de conduta identificados nas primeiras décadas do século XX.

As imagens, nesse recorte histórico, passam a ser, portanto, um bom ponto de partida para uma análise do que pensa, fala, vê e deseja a mulher daquele período (DE OLIVEIRA: ROCHA; 2015; p. 3). Nesse sentido, uma vez que os estereótipos de gênero são mais familiares como reprodutor das realidades sociais, ou seja, estão incutidos na atual sociedade, sendo claramente assumidos no consumo, reverberando contextos machistas e sexistas da figura da mulher, a imprensa foi e ainda é uma das maiores reprodutoras das realidades sociais e das ideologias desses estereótipos.

Em meio às pesquisas e aos encontros de diversas referências imagéticas ligadas à história das mulheres, é que nasceu a questão norteadora da monografia: em que medida os movimentos feministas no Brasil no início do século XX respaldaram as transformações na moda feminina do país? Dessa maneira então, é a partir do estudo bibliográfico de autores das áreas de

gênero, história, moda e sociologia, e de recortes das revistas ilustradas, *Careta*, *Fon-Fon!*, *O Malho*, *Revista Feminina*, entre outras, da mesma época, que esse projeto é desenvolvido.

O capítulo *Os sopros do feminismo no Brasil* explora de maneira mais profunda as características da trajetória do movimento feminista brasileiro nas primeiras décadas do século XX, enfatizando suas formas de organização, lutas e desafios a partir do estudo de autores como Costa (2005), Pinto (2002), Sardenberg (2008) e Sarti (2013). Nele, também é discorrido as múltiplas facetas da mulher brasileira, que, ao mesmo tempo em que eram chamadas a participar da sociedade, também eram pressionadas a permanecer no espaço privado, ocupando-se com os cuidados do lar e da família.

Ao ampliar a discussão sobre a ruptura dos papéis tradicionais femininos em face das mudanças sociais em curso na sociedade brasileira e do movimento feminista no país, no tópico *Construções e representações do universo feminino* a recriação da identidade feminina pautada em seu comportamento, os códigos de sociabilidade, os parâmetros, a linguagem e as referências masculinas, é correlacionada com o fenômeno social da moda no terceiro capítulo *A moda como espelho da sociedade*. Bon (2015), Karawejczyk (2015), Michelon (2006), Moura (2020) e Rocha (2015) são escolhidos como embasamento teórico.

No decorrer dos tópicos, é investigada as contribuições das transformações da moda para a desconfiguração das fronteiras simbólicas entre masculino e o feminino e como elas fortalecem as questões da emancipação feminina e a afirmação das mulheres na sociedade defendidas pelo movimento feminista com o apoio do discurso imagético dos periódicos da época. A imagem, enquanto uma das maiores reprodutoras das realidades sociais e dos estereótipos femininos, é reforçada como importante instrumento histórico para exemplificação e compreensão do campo do design de moda como um fenômeno social e uma linguagem que carrega em si valores individuais, políticos e sociais.

2. Os sopros do feminismo no Brasil

A subordinação da mulher na sociedade, além de se manifestar como fenômeno milenar e universal, também figura como a primeira forma de opressão na história da humanidade. Em contraste, o surgimento de uma consciência crítica “feminista” acerca dessa opressão específica e os movimentos de emancipação e libertação da mulher, são fenômenos bastante recentes (SARDENBERG, 1994, p. 81), delineando-se com maior nitidez e amplitude a partir do século XVII com o raiar da “modernidade” (SARDENBERG, 2008, p. 23).

Os movimentos feministas, à vista disso, apresentam-se como a busca por uma democracia realmente inclusiva, que emancipa aqueles cujos direitos dependem de afirmação constante. Por isso, é considerado um dos mais importantes e transformadores da história; e foram e são fundamentais na luta pela equidade de gênero (LABIAK; DE MELO; 2020, p. 19), que perpassa desde o direito à participação política até a reivindicação do direito sobre o próprio corpo.

A demanda por direitos sociais e políticos consubstanciados no direito ao voto marca o início de um movimento de mulheres que ao longo das décadas seguintes se aproximaria de um movimento feminista que busca a ruptura com uma história de subordinação da mulher - e que hoje preconiza a igualdade entre os sexos, questionando o papel feminino na sociedade. Esse avanço do movimento feminista, que passa de uma perspectiva jurídica da “igualdade de direitos” para uma visão ampla da vida social e individual da mulher (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 31), está, certamente, relacionada com a evolução do pensamento político e filosófico em nossos dias.

É importante ressaltar que feminismo é um conceito bastante flexível e complexo que abrange processos de transformações, rompimentos e resistências. Os feminismos de cada época e em cada cultura, apresentam diversas estratégias de militância utilizadas e vários segmentos teóricos e sociais, consolidando um movimento heterogêneo que se baseia na compreensão de um segmento comum a todos os feminismos: a luta pela igualdade entre os gêneros, pela ressignificação do papel da mulher na sociedade e pela emancipação e autonomia das mulheres (MOURA, 2020, p. 4-5).

Nesse sentido, Zirbel (2017, p.17) complementa que

[...] as particularidades [de cada época e cultura] acontecem devido à interpretação das diferentes opressões vividas por cada grupo, inserido em cada momento histórico e nas estratégias adotadas para a superação das desigualdades e na conquista da emancipação desejada. (MOURA, 2020, apud ZIRBEL, 2007, p. 17)

Conclui-se que, de acordo com o período tratado, os movimentos feministas apresentavam demandas específicas, que foram se transformando conforme as mudanças sociais, políticas e históricas.

2.1 A origem do Feminismo

E aqui está a marca diferenciadora deste momento histórico: a nossa primeira onda [brasileira], mais que todas as outras, vem de fora, de além mar, não nasce entre nós. (COSTA; SARDENBERG, 2007, p. 25)

Influenciadas pelas ideias iluministas e as ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana, os primeiros esboços de uma consciência crítica acerca da condição feminina ocidental surge a partir do século XVII e toma corpo no século XIX entre mulheres de classe alta e bem instruídas da maioria dos países de capitalismo avançado. A inconformidade pela condição de inferioridade à qual já vinha submetida a mulher impulsionará o fortalecimento do movimento sufragista que se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo o primeiro respiro do feminismo organizado no mundo (PINTO, 2002, p. 13).

É a partir dessa época que se começou a perceber a situação política das mulheres como uma exclusão. Até então, elas haviam sido situadas apenas no âmbito privado, sem perspectiva de inclusão e/ou participação no espaço público. A imagem mais recorrente da época é que elas deveriam se manter à margem da comunidade política, na segurança de seus lares e sob o governo dos homens (KARAWJCZYK, 2014, p. 69-70). Segundo Anne Verjus (2005, p.428), este é o “início do sexismo como fundamento da exterioridade política das mulheres” (SCOTT; MICHELLE; 2002).

A primeira fase do feminismo mundial é conhecida como feminismo de primeira onda e é considerada o propiciador para o pensamento de um grupo identitário entre mulheres, o início seu reconhecimento como sujeito e a constituição de um movimento social e político

feminino. Consequentemente, a primeira onda trouxe a abertura para as ondas posteriores, menos excludentes e mais abrangentes (MOURA, 2020, p.7), como a interseccionalidade de raça, classe e gênero.

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”¹. O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos –como o de votar e ser eleita–, nos direitos sociais e econômicos –como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. (MOURA, 2020, apud PEDRO, 2005, p.79).

A partir da explícita não inclusão das mulheres é que começou a surgir no mundo ocidental um movimento feminino em busca do reconhecimento de sua cidadania política e pela igualdade de direitos. A questão do sufrágio feminino passou, aos poucos, a ser a agenda principal das reivindicações femininas, deixando de ser considerado apenas como o símbolo da desigualdade entre homens e mulheres, para ser elevado à prioridade do movimento, principalmente a partir de 1890 (Pugh, 2000, p. 87).

O voto deixou de ser considerado como meramente simbólico e passou a ser visto como a chave para grandes mudanças e as mulheres que almejavam participar do mundo político passaram a focar seus esforços para influenciar as decisões do parlamento [brasileiro] e sensibilizar seus participantes a reformar a lei em benefício das mulheres. (KARAWAJCZYK, 2014, p. 69-70)

A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim (KARAWAJCZYK, 2014, apud ABREU, 2002, p. 460).

2.2 A primeira onda feminista no Brasil

Introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta², educadora e escritora feminista, em suas principais obras, “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856), e pela sua tradução livre da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “A Vindication of the Rights of Women” (1832) (SARDENBERG, 1994, p. 95), as primeiras

¹ Apesar dessa divisão tradicional dos movimentos feministas em ondas (primeira, segunda e terceira) receber muitas críticas (MOURA, 2020, p. 6), nessa pesquisa foi escolhido trabalhar com o conceito de ondas no sentido de se constituir marcos temporais históricos.

² Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, e feito a tradução cultural das novas idéias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira. Ao se apropriar do texto europeu para superá-lo, ela se insere numa importante linhagem antropofágica da literatura brasileira, [...]. Na deglutição geral das idéias estrangeiras, era comum promover-se uma acomodação das mesmas ao cenário nacional, e é o que ela faz. Tanto que o título de seu livro contém não apenas a ideia dos "rights of woman", mas também "a injustiça dos homens". (MOURA, 2020, apud COSTA; SARDENBERG, 2007, p. 25).

manifestações feministas brasileiras surgem, pela primeira vez no final do século XIX, assim como em diversos países da América Latina, a exemplo do Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica. Voltada para a reivindicação de direitos sociais e econômicos (DE MOURA; SANTOS; 2018, p. 1), os primórdios da primeira onda feminista no Brasil é pautada na conquista do direito à educação e profissionalização da mulher.

Apesar da importância de tal onda no Brasil e no mundo, os indícios do movimento representavam basicamente as bandeiras e demandas das mulheres brancas e letradas das classes mais altas da sociedade. Dessa forma, a estratégia de militância mais utilizada no período foi o uso das letras. Ao adentrar gradualmente no universo jornalístico tradicionalmente masculino, as mulheres ganharam visibilidade e espaço para suas lutas de gênero.

Uma rede de comunicação e interação por onde as ideias circulam, criada através das letras escritas, foi a principal estratégia de militância do chamado Feminismo de Primeira Onda no final do século XVIII e século XIX, período em que o movimento feminista emergia e começava a se consolidar como movimento social. Porém, nesse momento, as militantes lidavam com vários problemas ligados diretamente à escrita: a alta taxa de analfabetismo feminino, o controle das letras pelos homens (jornalistas, juristas e políticos) e a falta de direitos básicos como o acesso à educação e o direito ao voto. (DE MOURA; SANTOS; 2018, p. 2-3)

Essas lutas acompanharam o processo histórico do país, colocando o movimento feminista como um reflexo da dinâmica elitista e patriarcal da sociedade brasileira. Com a chegada do século XX e, com ele, de uma série de mudanças consideráveis de ordem econômica, política, social e ideológica inerentes ao processo modernização, as condições que tornariam mais evidente a situação das desigualdades entre homens e mulheres, e a especificidade da subordinação da mulher, iriam amadurecer.

Esse processo tem como ponto de referência uma nova ordem econômica e política no país a partir do sentimento de identidade nacional da instauração da República brasileira aliado às ideias liberais burguesas europeias. Ressalta-se que, mesmo com as mudanças que ocorriam, como a abolição oficial da escravidão, a imigração e o processo de urbanização e de industrialização, as ideias de subordinação e dependência da mulher em relação ao homem

“se mantiveram ainda por um longo tempo, mesmo que disfarçadas sob um verniz de modernidade” (SCOTT, 2013, p. 16).

Os valores patriarcais oriundos ainda do período colonial se mantiveram presentes na construção da modernidade no novo século, principalmente no que se refere aos direitos da família e da mulher. Ao mesmo tempo, uma expectativa do futuro e do novo, aliado à ascensão nos espaços públicos e no mercado de trabalho, impulsionava as mulheres a lutar e conquistar direitos.

O projeto modernizador e civilizador da classe dominante desejava o progresso material e social, introduzindo mudanças, mas assegurando, ao mesmo tempo, a manutenção da ordem patriarcal e católica. [...] Portanto, assumindo contornos diferenciados, o patriarcalismo permaneceu nas relações políticas, econômicas, culturais e sociais do país. (SCOTT, 2013: 16).

Tema recorrente tanto na imprensa quanto no parlamento brasileiro desde meados do século XIX, a primeira tentativa legal de inserção das mulheres nos pleitos eleitorais aconteceu durante as discussões da primeira Constituinte Republicana, entre os anos de 1890 e 1891 (SARDENBERG, 1994, p. 95-98). A porta de entrada das mulheres brasileiras nos seus direitos inicia, assim como em todo mundo ocidental, pela cidadania em seu nível mais básico (PINTO, 2002, p. 38): a luta pela participação eleitoral, como candidatas e eleitoras.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e a promulgação de uma nova constituição em 1891, elaborada segundo os moldes da ideologia liberal burguesa americana e francesa, estabeleceu-se o sufrágio universal para todos os cidadãos brasileiros, assegurando que “todos são iguais perante a lei” (Art. 72) (SARDENBERG, 1994, p. 95-98). Celebrada por mulheres em todo o país, com diversos registros, principalmente em São Paulo, a Proclamação da República é caracterizada como o embrião das aspirações femininas pela conquista de direitos jurídicos e políticos.

A agitação republicana, como afirma June Hahner³ (1981), além de fortalecer o desejo feminista por seus direitos, oferece às mulheres argumentos adicionais em favor do sufrágio e oportunidade de procurar o voto. A Proclamação da República, entretanto, apesar de ter oferecido em teoria a extensão do voto e a possibilidade de uma estrutura política mais fluida, garantia esses direitos a *todos os homens alfabetizados*.

Como não fazia referência explícita aos direitos da mulher, o artigo aprovado na Constituição de 1891 deu margem a diferentes interpretações, já que se poderia supor que os direitos políticos da mulher estariam aí garantidos, na afirmação da igualdade de todos (SARDENBERG, 1994, p. 95-98). A questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política (HAHNER, 1981, p. 80) em relação à sua exclusão no âmbito público.

A questão a ser debatida, a partir de então, era se as mulheres deveriam e/ou poderiam ser consideradas cidadãs para poder usufruir o direito de votar e serem votadas. Nesse sentido, este artigo procura dar visibilidade a uma das primeiras tentativas legais de se estender o voto para as brasileiras, o projeto apresentado pelo deputado federal Maurício de Lacerda, no ano de 1917. (KARAWJCZYK, 2015, p. 68-69)

Apesar do otimismo quanto à reorganização da pátria brasileira, a nova Constituição em 1891 não apresentava dispositivos favoráveis à mulher e à questão do direito ao voto feminino - os constituintes não consideravam a mulher como um indivíduo dotado de direitos (PINTO, 2002, p. 16). Ao afirmarem que a mulher não é considerada um sujeito político, a Constituição reforça diretamente a divisão estabelecida entre o público e o privado: aos homens, as leis; às mulheres, a moral (AFLALO, 2017, p. 232).

2.2.1 Os primeiros grupos feministas

A partir da década de 1910, o Brasil foi marcado por algumas transformações importantes que apontam o surgimento de uma cultura urbana. O processo de urbanização, acompanhado do surgimento de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de

³ Conhecida por sua capacidade de encontrar as fontes da história onde outros não poderiam, June E. Hahner, historiadora americana e doutora pela Universidade de Cornell, se estabeleceu como uma das principais pesquisadoras em história da mulher e uma importante acadêmica em estudos sobre a história das mulheres na América Latina e no Brasil.

novas formas de organização da sociedade (PINTO, 2002, p. 17), revelando uma inquietação na sociedade brasileira. O movimento das mulheres é um exemplo dos primeiros sinais de uma luta organizada que surgia no país tanto entre as elites cultas quanto entre os setores trabalhistas (PINTO, 2002, p. 38).

Nesse sentido, inconformadas com a não aprovação do voto feminino pela Constituinte, 27 mulheres, dentre professoras, escritoras e donas de casa, se reúnem na cidade do Rio de Janeiro, em 1910, para a fundação de um partido político que tinha como objetivo integrá-las na sociedade política. Esse encontro é considerado um passo significativo nessa luta com a fundação do Partido Republicano Feminino (PRF) liderado pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro.

Mariana Coelho (2002, p. 152) descreve esse grupo como uma “associação política de cuja descrição se depreende ser o ponto de partida para a ação do feminismo no Brasil, pois foi a primeira fundada com intuitos de trabalhar pela emancipação do sexo feminino brasileiro”. Já Teresa Marques aponta que “a forma de mobilização adotada por Leolinda Daltro e suas colaboradoras pairava o espectro das radicais *suffragettes* inglesas, que puseram seus corpos a serviço da causa do sufrágio feminino, invadindo as ruas da Inglaterra” (MARQUES, 2004, p. 163 apud KARAWCZYK, 2014, p. 72-73).

Devido à militância de Daltro e do seu inusitado partido, o tema do voto feminino voltou à agenda da imprensa e do Parlamento. Apesar da amplitude de frentes abertas pelo PRF, a aproximação das suas partidárias com os políticos é lembrada como um fator que pode ter resultado em uma primeira tentativa de se estender o voto para as brasileiras, ocorrida em 1917. A proposta do sufrágio feminino revivida pelo deputado federal Maurício de Lacerda é a primeira a ser defendida no Congresso brasileiro desde a Constituinte de 1890-1891 e, (KARAWCZYK, 2014, p. 74-78) apesar de se deparar com uma permeabilidade maior à ideia de sufrágio feminino, a ementa encontra ainda muita resistência. A proposta de Maurício de Lacerda repercutiu em muitos jornais, tornando-se inclusive objeto de charges como a que segue, publicada no periódico *O Malho*.

Figura 1 - Charge “O Voto a's mulheres: quadros de futuro”.



Fonte: Revista O Malho de 23/06/1927. Acervo Físico Casa da Memória.

Na charge, é possível observar uma mulher ocupando o centro da sala: ela veste saias, paletó, gravata e chapéu, traz uma bengala, fuma um charuto e carrega uma pasta nas mãos, seu semblante é sério; enquanto isso, crianças brincam sem nenhuma supervisão, meninos brincam com bonecas e meninas jogam bola, homens cuidam de crianças, arrumam-se no espelho, fofocam. A charge retrata a mistura do público com o privado, um cenário caótico no qual os papéis se invertem e se sobrepõem, evidenciando que o voto feminino gera a irrupção de toda a ordem social pautada na estrita demarcação dos papéis “masculinos” e “femininos”. Na legenda, dá-se o diálogo entre Maurício de Lacerda e “Zé Povo”, o qual alerta sobre o futuro criado pela inclusão política das mulheres “Tudo transtornado! Tudo invertido!”. (AFLALO, 2017, p. 346)

Ainda não adotado no Brasil e com pouca aceitação na sociedade brasileira, ao longo da primeira década do século XX, o grupo desenvolve campanhas de pressão a favor do voto feminino mais próximas ao estilo violento das sufragistas inglesas. Em 1917, o grupo liderado por Leolinda Daltro chega até mesmo a organizar uma passeata de mulheres na capital carioca

(COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 36), como repúdio à proposta de Lacerda. Ações como essa que ressaltavam um caráter mais militante do grupo

[...] deram ampla publicidade ao movimento das sufragettes [nos periódicos brasileiros em 1913, que] quase sempre acentuavam que este não era um exemplo a ser seguido pelas brasileiras. Eram publicadas manchetes nos jornais da capital federal com advertências como: “As sufragettes precipitam os seus meios de ação”, seguida pela admoestação “Vejam o que se passa na Inglaterra e tratem de evitá-lo” (A Noite, 14 jun. 1913, capa). O jornal O Paiz (RJ), por exemplo, divulgou no ano de 1913, em notas quase diárias, as atividades das “sufragistas militantes” dando ênfase aos incêndios, às quebras de vidraças e aos ataques aos políticos. [...] Outro periódico, alertava aos seus leitores que “as sufragistas não são para brincadeiras – as mulheres-homens” e salientava: as terríveis sufragistas têm praticado e continuam a praticar desatinos de que muito homem não seria capaz. [...] O impacto dessas notícias não deve ser subestimado e sua repercussão negativa sobre a opinião pública deve ser levada em conta, ainda mais pelo fato de que Daltro passou a ser nomeada, pela imprensa, como a Miss Pankhurst brasileira, sendo identificada com o sufragismo mais militante. (KARAWJCZYK, 2014, p. 73-74)

Apesar de a proposta de participação política das mulheres não ter sido aprovada pela comissão que a avaliou como inconstitucional, o projeto abriu um precedente na discussão em prol do sufrágio feminino no Brasil ao solicitar o voto sem restrições para as mulheres (KARAWJCZYK, 2015, p. 81-83). Nesse momento, percebemos que essa mudança em relação à aceitação do sufrágio feminino também é motivada pela luta internacional pelo voto, visto que tanto a Inglaterra quanto os Estados Unidos estão em vias de adotar o sufrágio feminino. Um artigo publicado no Jornal das Moças, em 1920, que afirma ser o sufrágio feminino a “ideia vitoriosa hoje em quase todos os povos civilizados” exemplifica a influência internacional e a proximidade do movimento feminista brasileiro aos movimentos sufragistas da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Considerado, por alguns autores, como o embrião do que viria a ser a maior expressão do feminismo da época, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (PINTO, 2002, p. 21), o Partido Republicano Feminino foi uma associação muito ativa na cidade do Rio de Janeiro. Durante as primeiras décadas do século XX o grupo “alcançou uma grande mobilização na capital federal, [...] dividiu opiniões e aproveitou diversas oportunidades para dar visibilidade à condição feminina no Brasil” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 319).

Com a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922, a luta pelo sufrágio feminino ganharia mais força. Profundamente influenciada pelo ambiente de efervescência das ideias feministas pró-sufragista, Bertha Lutz⁴, ativista feminista, bióloga e política brasileira, cria, em 1922, a primeira entidade de mulheres a nível nacional - também considerado como ponto de partida para a criação de várias outras associações de mulheres em todo o Brasil.

Integrado quase exclusivamente por mulheres da alta classe média, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tinha como objetivo promover as lutas jurídicas e políticas das mulheres da época. Suas principais reivindicações, além do voto feminino, defendiam a instrução da mulher, a proteção às mães e à infância, e uma legislação reguladora do trabalho feminino (DE MELO, 2016, p. 313).

Caracterizado por agir no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais (PINTO, 2004, p. 322), os ideais defendidos por Lutz e suas seguidoras tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos ao longo das primeiras décadas do século XX. Lutz afirma ainda que o voto não seria apenas um instrumento para conseguir o progresso feminino, mas também um símbolo dos direitos de cidadania (MORAIS; IRSCHLINGER; 2012, p. 143).

Diferentemente do feminismo atual que preconiza pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã, o feminismo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino pode ser considerado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero. Ao reforçar os papéis, estereótipos e tradições de gênero, o grupo utilizava as ideias e

⁴ Filha de uma enfermeira e de um dos mais importantes cientistas brasileiros de seu tempo, Adolfo Lutz, Bertha Lutz pertencia, ao mesmo tempo, a duas importantes elites do início do século XX: a econômica e intelectual. Essas condições, fundamentais para a construção de sua liderança na FBPF, também facilitam a aceitação de suas iniciativas, caracterizadas como uma face bem-comportada da luta feminina, na elite política da época (PINTO, 2002, p. 23).

representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas (COSTA, 2005, p. 3).

Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional [...] porém, [...] tem limites muito precisos: nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para serem incluídas como cidadãs (PINTO, 2002, p. 14-15).

O que diferenciava a ação da Federação liderada por Lutz do grupo formado pelas partidárias de Leolinda Daltro era a maneira de fazer as suas reivindicações. Para Teresa Marques, “o estilo de ação política de Daltro era peculiar. Invadia espaços exclusivamente masculinos, expunha-se pessoalmente às críticas, sempre buscando chamar a atenção da sociedade para as desigualdades e injustiças” (MARQUES, 2004, p.161). Suas atitudes de confronto e suas tentativas de participar ativamente do mundo político, apesar de mal sucedidas, atraíram a atenção do público para a causa feminista e trouxe visibilidade para o tema.

Considerada a mais forte e organizada vertente do feminismo no Brasil, o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz procurava expor suas ideias através de pronunciamentos públicos, de cartas enviadas para a imprensa procurando “revestir o seu discurso de um tom moderado” (SOIHET, 2006, p. 27). Seu feminismo elitizado⁵, ainda assim foi importante para a conquista dos direitos das mulheres a curto e longo prazo, sendo também o “pontapé” inicial de um movimento que se desenvolveu através de diferentes ondas e se empenha até os dias atuais (DE MOURA; SANTOS; 2018, p. 12-13).

Não se pode negar, porém, a valiosa contribuição da FBPF, no que se refere à construção da atual situação legal da mulher brasileira e na experiência do movimento feminista, enquanto uma organização de mulheres que lutam pela emancipação da mulher e contra todos os preconceitos à nossa participação social. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 39)

⁵ O perfil socioeconômico da maior parte das mulheres que compuseram a primeira onda feminista era um tanto excludente: mulheres letradas, cultas, de predominância branca e de classe média alta; só por terem tido acesso à educação naquele período, já se distinguiam da maior parcela das mulheres que tiveram o seu acesso à educação por algum motivo negado. Além disso, essas mulheres tiveram tempo disponível para despender com atividades fora dos afazeres domésticos e dos trabalhos manuais típicos da classe social mais pobre. (DE MOURA; SANTOS; 2018, p. 12-13)

Ao lado desse feminismo de mulheres educadas e de elite, surgia também mais duas tendências dos primórdios do feminismo brasileiro: o feminismo difuso e o feminismo radical. O primeiro, nomeado por Céli Regina Pinto (2004), é formado por mulheres cultas que defendem questões mais amplas como a educação feminina e falam da dominação masculina e do interesse dos homens em deixar as mulheres fora do mundo público.

O segundo, caracterizado por um feminismo anarquista, tem origem na efervescência do movimento trazido, em grande parte, por imigrantes italianos (PINTO, 2003). Formada por uma gama heterogênea de mulheres trabalhadoras e intelectuais militantes de movimentos de esquerda, essa vertente defendia a liberação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central.

Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, ocupavam de forma cada vez mais crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil. Influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero (COSTA, 2005, p. 11-12).

Além do político, reivindicam o direito à educação, falam em dominação masculina e abordam temas que para a época eram delicados, como a sexualidade e o divórcio (OTTO, 2004, p. 239), articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas (PINTO, 2002, p. 14-15).

2.2.2 Unidas às urnas

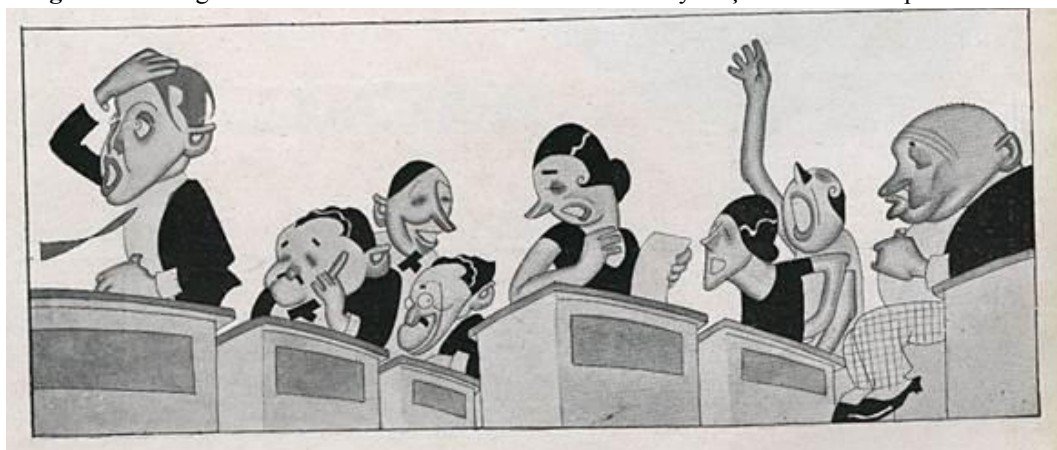
As manifestações femininas se tornaram muito maiores a partir dos anos de 1920 e 1930 com a entrada de Getúlio Vargas na presidência e o fim da República Oligárquica (CAETANO, 2018, p. 3). Essa mudança ocorrida em poucos anos também é creditada ao fim da Primeira Guerra Mundial, a aprovação do sufrágio feminino em alguns países e, no caso brasileiro, a manifestação favorável de Rui Barbosa à questão da inserção feminina no rol de eleitores do Brasil (KARAWCZYK, 2014, p. 79-80).

Ao longo da década, os movimentos feministas brasileiros tiveram importante função na redefinição na ordem de gênero no Brasil. Afinal, lutavam pelo direito de voto, educação e emprego, desafiando o poder patriarcal, apesar de muitas mulheres não terem consciência da importância da representação do feminino nos espaços destinados ao masculino pela sociedade e pela imprensa (CAETANO, 2018, p. 4-5).

A noção de que a adoção do voto feminino seria inevitável é clara. O jornal A Noite traz no dia 11 de outubro de 1920 mais evidências de que o consenso estaria sendo construído ao afirmar que “é uma questão de tempo o voto feminino” (A Noite, 11/10/1920), por exemplo. Porém, esse consenso ainda estava sendo gestado e as opiniões contrárias não deixam de existir. Entendia-se que a mulher no espaço público minaria as medidas que buscavam reformar o sistema eleitoral, principalmente em relação ao segredo do voto.

Os estereótipos relacionados à ideia de que era ser mulher reforçavam o sexo feminino como “alguém que não pertence ao lugar onde está e por isso se mostra confusa e perdida, ao mesmo tempo em que o ambiente político apresenta-se como um caos por conta da presença feminina”. No mesmo sentido, a ideia de que a inserção da mulher na política prejudicaria a esfera privada e não apenas a pública também é embasada e alimentada a esses estereótipos, que colocavam a mulher como “fofoqueira, superficiais e incapazes de ser racionais, o que levaria o espaço público, e principalmente o político, ao caos,” (AFLALO, 2017, p. 329) como observado na charge abaixo.

Figura 2 - Charge “O desafôro científico na camara ou a estylisação do desaforo parlamentar”.



Fonte: Revista O Malho de 26/11/1927. Acervo Físico Casa da Memória.

O sufrágio feminino é reconhecido, primeiramente, no Rio Grande do Norte. Em 1927, os estados brasileiros passaram a ter autonomia para decidir se permitiriam a participação das mulheres na vida política – tanto como eleitoras, quanto como candidatas. Em outubro daquele ano, José Augusto Bezerra de Medeiros foi o primeiro governador a posicionar-se de maneira favorável às mulheres nesse aspecto.

Na ilustração a seguir, a celebração potiguar é representada na revista Careta de 1927 por um grupo de mulheres vestidas de maneira simples, com picaretas e enxada nas mãos e que surgem atrás do morro, fazendo uma clara referência à pintura “A Liberdade guiando o povo” de Eugène Delacroix, de 1830 - triunfo da revolução francesa e marco na história do Ocidente. A data da charge é de um dia após a conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte, e o texto abaixo reforça a grande conquista: “Ellas – Viva o voto feminino! Acabe-se a escuridão em que jaz o suffragio brasileiro! Viva a claridade! Está aberta a luz...” (DE LARA; CALVO; 2019, p. 14).

Figura 3 - Charge “Caveant Feminas...”



Fonte: Careta de 1927, edição nº 20. Acervo Físico Casa da Memória.

No dia 24 de fevereiro de 1932, seguindo a primeira grande vitória das sufragistas brasileiras, a conquista definitiva do direito da mulher ao voto é reconhecida pelo Código Eleitoral⁶ no Brasil pelo novo governo implantado pela chamada “Revolução de 1930” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 38). Com o sufrágio feminino, passa-se a entender o voto como a expressão individual da vontade coletiva, fazendo assim diferença o voto das mulheres (AFLALO, 2017, p. 351). Contudo, reforça-se que esta não foi uma concessão do governo de Getúlio Vargas. O sufrágio feminino fez parte de um longo processo que se iniciou na metade do século XIX no Brasil, e foi uma das facetas mais salientes da luta em prol da plena cidadania feminina (KARAWAJCZYK, 2015, p. 68-69).

Além de ser uma conquista inegável para as mulheres brasileiras, a nova constituição evidencia o Brasil como um dos países pioneiros na concessão do voto feminino (MORAIS; IRSCHLINGER; 2012, p. 143) na América Latina. Apesar da não obrigatoriedade⁷ do voto feminino, o documento apresentava vários artigos que beneficiavam a mulher, dentre eles a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial, a jornada de trabalho de oito horas, a licença-maternidade de dois meses e a proibição de demissão por gravidez (SCHEMES; DOBLER, 2015, p. 5).

Animadas com a ampliação da democracia através da conquista do direito do sufrágio universal e do voto secreto, as mulheres tiveram participação ativa na política marcando presença no processo eleitoral não só como votantes, mas também como candidatas para diversos postos, desde prefeitas, deputadas estaduais, deputadas federais e até senadoras (BANDEIRA e MELO, 2010). Contudo, a conquista do direito ao chamado sufrágio universal, fruto da luta, coragem e organização das mobilizações feministas, mesmo que tenha conseguido efetivar e legitimar a condição de manifestação sobre as opções políticas de cada um, sem necessariamente passar pela coerção dos dominantes, assegurando certa emancipação eleitoral, ela simplesmente não representava quaisquer outros avanços. (DE GREGORI, 2017, p. 54)

Nos próximos anos, com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, considerado mais tardiamente como um precursor da ditadura militar no Brasil (COSTA, 2005, p. 3), o movimento adentra num processo de desarticulação, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos, Europa e países latino-americanos (DE GREGORI, 2017, p.

⁶ Getúlio Vargas ao assumir o Governo Provisório, designou um decreto para estudar e propor a reforma da lei do processo eleitoral. Com o novo código eleitoral todo o sistema eleitoral foi reformulado e a inserção feminina foi aprovada. (MORAIS; IRSCHLINGER; 2012, p. 144)

⁷ Apenas após a Constituinte de 1933 é que o voto será tornado obrigatório às funcionárias públicas, continuando facultativo até 1945 para todas as outras.

53). Por conseguinte, longe de obter todos seus objetivos concretizados, não só o feminismo, como toda a sociedade brasileira acabou enfrentando problemas políticos maiores ainda. No entanto, isso não significa que durante esse período as mulheres não tiveram nenhum papel no mundo privado e público.

2.3 Construções e representações do universo feminino

Para além das medidas para as transformações urbanísticas, procurou-se também mudar hábitos e costumes da sociedade brasileira do início do século XX (VOKS, 2021, p. 181). Dourado (2005) reconhece as décadas de 1920 e de 1930 como um período de (re)construção das formas (imagética e corpórea) da mulher brasileira, ao mesmo tempo em que é um período de continuidade ao processo de construção da modernidade.

Ainda constantemente representadas através dos olhos masculinos, as mulheres eram alvo de um discurso normativo que, insistindo no que elas deveriam ser, construiu uma imagem feminina do período que não apenas apresentou novidades nos padrões estéticos, mas construiu um modelo com o qual milhares de mulheres atuariam na direção de novos valores. Cada vez mais presentes e incisivas, a representação social sobre o comportamento feminino no âmbito público é fortalecida nos meios de comunicação, como a publicidade, a imprensa e o cinema.

O contexto histórico da virada do século, associado às crescentes contradições, ao progresso e aos anseios da população demonstravam que as mudanças nas metrópoles, longe de serem passivamente aceitas, eram discutidas, ironizadas e mimetizadas nas páginas dessas revistas. Os periódicos ilustrados, como construtores e divulgadores do imaginário do início do século, demonstravam as novas condutas sociais estabelecidas nas relações que ocorriam no meio urbano, sobretudo com caricaturas, charges e anúncios ilustrados (VILLATORE, 2015, p. 34).

Ferramentas imprescindíveis na divulgação de condutas, as imagens e palavras escolhidas pelos meios de comunicação, passa a ser, portanto, um bom ponto de partida para uma análise do que pensa, fala, vê e deseja a mulher daquele período (DE OLIVEIRA; ROCHA; 2015; p. 3). *Fon-Fon!*, *O Malho*, *Careta* e *O Cruzeiro*, são exemplos de revistas ilustradas do início do século que apresentaram e reforçaram a construção de modelos de conduta e comportamento

atribuídos à mulher e ao corpo feminino (MALUF; MOTT, p. 371), a partir da relação com a moda, principalmente.

No início do século, tentou-se de imediato reiterar a tradicional postura de rainha do lar, mas abrindo um leque de condutas alternativas, em que se projetou a mulher emancipada, educada, moderna, e por que não a sufragista e feminista (AZAMBUJA, 2006, p. 87). A evidente diversidade de novos espaços e as múltiplas possibilidades disponíveis para as mulheres se reduzem a duas representações centrais do feminino: a guardiã do lar e a mulher moderna, estereotipada na figura das melindrosas.

Mantendo a mentalidade do século anterior, a dona do lar era vista como um ser dotado de atributos de pureza e doçura, responsável pela preservação da família e da moral cristã (ALMEIDA, 2013, p. 204). Bela, com aparência saudável e capaz de dar uma boa educação para os filhos, esse modelo preservava os estereótipos da feminilidade e excluía as mulheres dos espaços de protagonismo social ao valorizar apenas seu papel na interioridade dos lares e no desempenho da maternidade.

As diferenças biológicas entre os sexos também eram argumentos que fortaleciam a segregação das mulheres nos limites do privado, reservando a elas o cuidado com os filhos que deveriam ser depositários dos seus ensinamentos morais. Nesse sentido, os modelos de domesticidade e o forte apelo à maternidade foram determinantes para a manutenção da subordinação feminina aos padrões sociais e morais masculinos que provinham desde os tempos coloniais (ALMEIDA, 2013, p. 189).

Inserida na beleza cobiçada pelas contemporâneas do início do século XX, a mulher moderna era aquela que não queria apenas estar na moda, mas participar excitantemente de alguma transgressão às normas antigas (DE CARVALHO CASTRO, 2019, p. 92-93). Fundamentada no movimento feminista, ela tem novos hábitos, comportamentos e maneiras influenciados pelas mudanças do período (MACHADO et al., 2008, p. 3-4).

[...] o processo modernizador dos anos 1920 caracterizou-se por difundir o distanciamento afetivo em relação a alguns hábitos culturais antigos que eram

mantidos por costumes observados como conservadores. (DE CARVALHO CASTRO, 2019, p. 92)

Algumas mulheres, de acordo com Voks (2021) acreditavam que poderiam exercer atividades para além do confinamento dentro de casa. Diante disso, defendiam que a sua entrada no mundo do trabalho ou da política não significava, por exemplo, o fim da família, dos valores morais ou dos hábitos culturais antigos. Ao almejarem o acesso a espaço e até mesmo profissões que eram tidas até então como exclusivas do sexo masculino, elas buscavam pela sua independência exclusiva do lar.

Tanto na classe popular quanto na burguesia, a mulher moderna era símbolo da emancipação e do desprendimento de parte da tutela e do controle masculinos. Apesar de muitas não terem consciência da importância da representação do feminino nos espaços destinados ao masculino pela sociedade e pela imprensa (CAETANO, 2018, p. 4-5) na época, sua mentalidade emancipatória nas múltiplas esferas da sociedade brasileira desafiavam o poder patriarcal.

A transição da mulher do espaço privado doméstico para o público no trabalho resultou na construção de uma nova mentalidade que elegia como modelo a mulher determinada, independente, liberada, sensual e dona de seu corpo (ISMÉRIO, 2017, p. 168). A valorização e o reconhecimento do corpo identificado como feminino pela mulher passam a incluir o arquétipo da mulher moderna dentro do que é desejável, figurado, principalmente, no estereótipo da melindrosa.

Figuras interessantes, que hoje são apenas conhecidas por fantasias carnavalescas, as melindrosas eram reais personagens que transitavam pelas ruas das primeiras décadas do século XX. Fruto das situações sociais e culturais que se desenrolaram durante os anos do conflito do período denominado de “entre guerras”, onde, saídas do recôndito do lar, ganhavam as ruas, ostentando o desejo pelo moderno e pela euforia proporcionada em grandes centros urbanos ocidentais, as melindrosas eram moças jovens, ousadas, ativas e cosmopolitas, que valorizavam ainda mais a maquiagem e desafiavam as convenções sociais correntes (NASCIMENTO; DA SILVA MELO; 2014, p. 7).

Objeto de admiração não apenas por sua beleza, mas também pela coragem com que desafiava as normas vigentes, também eram consideradas símbolo máximo da modernidade ansiada pelo início do século XX: “seres emblemáticos, andróginos, que apresentam de maneira formidável a adesão aos desígnios de uma sociedade moderna” (NASCIMENTO; DA SILVA MELO; 2014, p. 8). Com o seu cabelo curto, olhos expressivos, boca marcada e corpos esbeltos, as frequentadores dos novos locais da boêmia noturna adeptas ao modelo de vida cosmopolita simbolizavam uma mudança de mentalidade relativamente a mulher tradicional, ao mesmo tempo que exprimem o otimismo e alegria de viver dos anos do pós primeira guerra.

[...] a melindrosa configurava-se na “[...] representação de uma jovem elegante, despreocupada e frequentemente frívola” (SPILBORGHS, 2007, p.24), um estilo importado, característico de um período em que o Brasil tornava-se cada vez mais cosmopolita, e que viu-se intensificar com as modernidades que desembarcaram dos EUA e Europa. Todas elas tinham em comum a aparência bem trabalhada, os cabelos curtos com cortes “*a la garçonne*” acabando nas orelhas e com a nuca raspada, a maquiagem forte, as saias pouco abaixo ou mesmo por cima do joelho, os lábios pintados de vermelho carmim e em forma de coração, a indiferença em deixar os braços à mostra, o fato de depilarem as pernas, de desenhar suas sobrancelhas, usarem pequenos chapéus estilo cloché e sapatilhas de amarrar, demonstravam um comportamento diferenciado daqueles que se esperava a uma moça “comum” da época, pois fumavam, dirigiam, dançavam ritmos quentes, andavam frequentemente sem a presença masculina do pai, ou irmão, frequentando chás, magazines, confeitarias, cafés, e festas, além de ousarem lançar flirts insinuando-se aos homens. Comparada a mulher da virada do século XIX, as melindrosas do início do século XX, surpreendentemente distanciaram-se em um curto espaço de tempo. (NASCIMENTO; DA SILVA MELO; 2014, p. 10)

Alvo constante dos meios de comunicação, é na propaganda nacional da venda de produtos ligados à beleza, que essa nova mulher, mais arrojada e ousada, é colocada como uma engrenagem chave do processo de consumo na sociedade contemporânea (VESTERGAARD; SCHRODER, 2000 apud AZAMBUJA, 2006). As ilustrações das publicidades do Cap Arcona, presente na revista *O Malho* de 1927; e do Rouge e Bâton de Gally, na revista *Careta* de 1936, retratam, em diferentes décadas, esse perfil feminino oportuno para ser explorado comercialmente ao longo da primeira metade do século XX: uma mulher bonita, independente, zelosa e moderna que quer novidades e praticidade para agilizar seu dia-a-dia.

Figura 4 - Anúncio “Cap Arcona”



Fonte: O Malho de 26/11/1927. Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 5 - Anúncio “Rouge e Bâton de Gallys”

ELLA SORRI SEMPRE!

E' uma mulher feliz. Porque? Porque ella vae a toda parte e é sempre a mesma. Frequenta os bailes, os banhos de mar, atira-se das piscinas, mergulha no oceano, dança até de madrugada, dispara de automovel, corre de lancha, joga tennis, apanha sol, passeia como Greta Garbo, sob a chuva, e é sempre a mesma. A sua physionomia não se desfaz e não muda. Sua expressão é sempre admiravel. Seus labios são sempre perfeitos. Suas faces se conservam sempre inalteradas como as proprias côres naturais.

Porque?
Porque ella só usa

ROUGE E BÂTON DE GALLY

BÂTON	A VENDA EM TODO	ROUGE
GRANDE . . . 35500	O BRASIL	CAIXA 45000
MEDIO . . . 25500		

Fonte: Careta de 1936, edição nº 1452. Fundação Biblioteca Nacional.

Com origem na palavra “melindre”, que diz respeito à “coisa frágil, delicada”, uma mocinha afetada, exagerada nas maneiras de se vestir, o termo também designava essas mulheres transgressoras, que ousavam desafiar as estritas normas que regulavam o comportamento feminino herdadas do século anterior. As ousadias femininas dos anos 1920 se faziam presentes na aparência e nos comportamentos cotidianos, ao combinarem, em sua composição, certos elementos até então exclusivos ao sexo masculino. Hugo Medeiros (2010, p. 107) observa que a melindrosa representava formidavelmente uma mulher armadilha, bela, mas perigosa.

Confundindo as identidades sexuais, as melindrosas, com seus cabelos *a la garçonne*, eram associadas a atitudes contestatórias que poderiam pôr em causa o tradicional papel das mulheres na sociedade, afigurando-se, por isso, subversivo e perigoso (VAQUINHAS, 2016, p. 355). Sua aparente masculinização “[...] faz estremecer a hierarquização dos sexos” (OLIVEIRA, 2002, p.02) e, assim, contribui para o processo de desnaturalização das posturas do ser homem e ser mulher. O hábito de fumar, de usar calças compridas e de dirigir automóveis são alguns exemplos do que, ao mesmo tempo em que sugeriam a igualdade entre os sexos, forjavam novas formas de feminilidade a partir de itens do repertório masculino (CARMARGO, 2015, p. 7).

[...] Em voga entra também o *smoking*, e os vestidos são substituídos por calças, gravata e bengala, indumentária que vem colocar a questão da virilização feminina por se tratar de um traje masculino. (VAQUINHAS, 2016, p. 357)

Esses dois arquétipos da época foram manipulados tanto para se referir às mulheres empenhadas em equiparar sua capacidade à do homem, no que dizia respeito, por exemplo, à conquista do mercado de trabalho e ao acesso ao ensino superior; quanto, por uma inclusão dos costumes da classe média nos meios populares, mobilizada por algumas senhoras que lutavam pela preservação e conservação das mulheres nos espaços privados, como donas de casa, mães provedoras do lar e cuidadoras do marido (DE CARVALHO CASTRO, 2019, p. 94-95). Diante desse cenário, o Brasil era berço de duas fortes correntes: a das mulheres que

defendiam a nova mentalidade de igualdade com os homens e o grupo católico, citado anteriormente, que defendia os modelos mais conservadores.

Ir contra a tradicional obrigação feminina de responsabilizar-se apenas do cuidado familiar inseria a mulher num modelo de conduta, que causava, ao mesmo tempo, excitação e temor nos públicos masculino e feminino. Por isso, esse novo papel engendrou significativas reações das esferas mais conservadoras da sociedade, estimulando a ideia de que a estrutura familiar iria ser abalada caso a mulher se negasse a desempenhar exclusivamente seu papel de esposa e mãe. O perigo iminente era de que as mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas caso trabalhassem fora do lar e que rapidamente se desinteressariam pela maternidade e casamento.

[...] propagavam-se idéias de que a mulher estava desestruturando a instituição familiar com suas atitudes e idéias. Muitos acreditavam [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornando os laços familiares mais frouxos, além de debilitar a raça, uma vez que as crianças cresceriam soltas sem a constante vigilância das mães. Assim, o perigo iminente era de que as mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas caso trabalhassem fora do lar e que rapidamente se desinteressariam pela maternidade e casamento. A dúvida estava relacionada à questão de que seduzidas pelas facilidades do mundo moderno, pelo discurso radical do feminismo e do anarquismo ou convivendo de perto com o submundo da prostituição, as mulheres deixariam de ser mulheres, ou melhor, deixariam de exercer seu devido papel na sociedade. (AZAMBUJA, 2006, p. 85)

Reforçado pela imprensa da época, a associação entre a entrada da mulher no espaço político com seu consequente afastamento do lar é um argumento frequentemente utilizado pelos parlamentares contrários ao voto feminino (AFLALO, 2017, p. 324), como o deputado Muniz Freire. Intenso opositor do sufrágio feminino, o capixaba defendia que a inclusão da mulher na vida pública modificaria “esses laços sagrados da família, que se formam em torno da vida puramente doméstica da mulher” (Op. cit.). Tal fala expressa a visão segundo a qual a atuação das mulheres estava reservada ao espaço privado, sendo sua entrada no âmbito público uma afronta. Em 1927, o jornal *O Imparcial*, também pressupõe essa ligação direta entre a entrada da mulher no espaço público e a diminuição do papel da mulher no lar ao afirmar que “o sufrágio afeta consideravelmente o poder marital”.

Concebidas também como uma suposta forma de proteção à alegada fragilidade física e emocional das mulheres, as tentativas de calar e excluir as mulheres não eram apenas um símbolo da dominação patriarcal. As congregações femininas, por exemplo, argumentavam o quanto era preciso combater a perniciosa moda que tentava destruir com os nobres valores morais, evitando que a má influência alterasse a energia psíquica e física das gerações atuais e futuras.

A busca pela modernidade feminina num ambiente que, até então, era prioritariamente masculino, como esperado, foi conflituosa: envolveu quebra de paradigmas, revisão de conceitos e de comportamento. Os grupos conservadores, por mais que tentassem, não podiam parar os avanços significativos quanto à nova postura feminina frente à sociedade, na qual, além de trabalhar⁸ e exercer seu direito de cidadã, votando e participando de cargos políticos, apresentava uma nova forma de se portar e vestir.

As mulheres brasileiras vivenciaram as inúmeras mudanças que se processavam no país de forma conflitante, pois ao mesmo tempo em que eram chamadas a participar dessa sociedade que, em vários aspectos, se reinventava, elas também eram pressionadas a permanecer no espaço privado, ocupando-se com os cuidados do lar e da família (OSTOS, 2012, p. 325). Ressalta-se que essa ambiguidade de perfis também é típica dos modelos em transição, pois, de um lado, existia um movimento de ruptura e de outro, havia, mais uma vez, a permanência dos papéis tradicionais. A mentalidade normativa e tradicionalista difundida oferecia os pilares nos quais a sociedade brasileira se fixava, exprimindo as dualidades em torno das “representações de uma mulher que estava no meio das tensões entre o moderno e o tradicional, entre a ruptura e a solidez” (ROCHA; BON; 2020, p. 104).

Portanto, a mulher moderna, criada pelas revistas, é paradoxal, muda para ser, em certo sentido, a mesma de antes. Agora, porém, consciente de que algumas transformações chegariam revestidas com uma nova faceta de "independência", moldada pela aquisição de novos hábitos de consumo. Nesse sentido, os anúncios ilustrados foram ferramentas eficientes para modelagem das atitudes femininas acerca do casamento, do comportamento sexual e, principalmente, no ideal de beleza feminina. (PEZZIN, 2017, p. 48-49)

⁸ Isso diz muito sobre os novos tempos, principalmente se levarmos em conta que na década de 1920 muitas mulheres já trabalhavam fora da esfera privada, compondo cerca de 36% do operariado, de acordo com o Censo Demográfico de 1920 (JUNHO PENA, 1981 apud AFLALO, 2017).

Nesse sentido, essa análise do comportamento da mulher do início do século XX é fundamental para entendermos a construção da representação feminina na sociedade contemporânea. Através de questionamentos levantados pelo movimento feminista acerca de tópicos como igualdade de gênero, tanto do ponto de vista social quanto do econômico, as mulheres passavam, lentamente, a disputar uma incipiente liberdade, que se traduzia em novos hábitos de consumo e em novos paradigmas, como a moda feminina.

Idealizada e impulsionada pela intensa disseminação de informações da imprensa brasileira e os questionamentos atribuídos pelos movimentos feministas, a moda é um ferramenta visual fundamental para a construção e propagação de sujeitos femininos específicos. Símbolo das transformações da sociedade brasileira do século XX, a moda é um dos principais artefatos que estavam envolvidos no processo de mudanças técnicas e culturais brasileiras (DE CARVALHO CASTRO, 2019, p. 89) - ainda que pareçam interdependentes em alguns momentos.

3. A moda como espelho da sociedade

Relegada, antigamente à esfera das futilidades, a moda é compreendida, com frequência, como um sistema à parte, desligado da História e das transformações sociais. Entretanto, sempre que despida dos preconceitos e estereótipos com os quais alguns ainda insistem vesti-la, ela se revela como uma incrível ferramenta social, capaz de refletir e constituir hábitos e costumes, empoderar mulheres (e homens), atrair e produzir consumidores e consumidoras (VILLATORE, 2015, p. 93), simbolizar lutas ideológicas, e seduzir e questionar as práticas cotidianas.

Recolocada na imensa duração da vida das sociedades, a moda não pode ser identificada à simples manifestação das paixões vaidosas e distintivas; ela se torna uma instituição excepcional, altamente problemática, uma realidade sócio-histórica característica do Ocidente e da própria modernidade. (LIPOVETSKY, 2007, p.10)

Em muitos momentos, ela é tida como signo de modernidade e de civilização, transitando entre o glamour, a elegância e a mundanidade, e, por isso, se tornando palco da ressemantização dos significados a partir das mudanças sociais e culturais de uma população. De acordo com as transformações culturais, econômicas e as relações de poder envolvendo classes, gênero, etnia e raça, gerações (VILLATORE, 2015, p. 95), a moda é entendida enquanto uma linguagem que reproduz as modificações sociais que ocorrem ao longo do tempo, sendo capaz de caracterizar determinado momento histórico e a localidade de onde ocorreu.

O ato de vestir é repleto de significados e intenções, sendo elas conscientes ou inconscientes e, um dos modos do indivíduo de se comunicar com o meio se dá através do vestuário: “as roupas, como artefatos, ‘criam’ comportamentos por sua capacidade de impor identidades sociais e permitir que as pessoas afirmem identidades sociais latentes” (CRANE, 2006, p. 22).

Nesse sentido, a moda pode demarcar os limites e as interações entre espaços públicos e privados, ajudando a constituir sujeitos e identidades. É por meio do vestuário, entre outras questões, que são delineados os modos de ser, estabelecidos por gênero, em que se moldam as nuances existentes entre temporalidades e espacialidades distintas de se viver em sociedade. A moda reflete a sociedade e sua capacidade de se reinventar (JUNIOR et al., 2020, apud

FIALKOWSKI; RIBEIRO, 2014). Barnard, em seu livro *Moda e Comunicação* (2003), complementa o argumento ao abordar a moda e a indumentária como fortes agentes de comunicação, tanto de identidades quanto de gêneros.

A moda e a indumentária, como comunicação, são fenômenos culturais no sentido de que a cultura pode ser ela própria entendida como um sistema de significados, como as formas pelas quais as experiências, os valores e as crenças de uma sociedade se comunicam através de atividades, artefatos e instituições” (BARNARD, 2003, p. 49).

Ao longo das primeiras décadas do século, a moda se transformou em um importante meio de comunicação, o qual trazia para o cenário público elementos de uma modernidade. “Não foram apenas as reformas urbanísticas que conferiram [...] novas formas de sociabilização” (VOKS; DA SILVA; 2013, p. 10), a moda nesse período serviu como um elemento socializador, qualificando e distinguindo modelos de comportamento mesmo diante de sua temporalidade efêmera. Essas inúmeras facetas desse fenômeno social, que se reconstrói e se metamorfoseia tão rapidamente, são reforçadas pelo no anúncio abaixo.

Figura 6 - Anúncio “corantes Indanthren”

Seja na mais alta roda
Ou entre gente modesta,
A dictadura da Moda
Ninguém discute ou contesta.

A Moda manda e desmanda
E dicta leis, caprichosa,
A' matrona veneranda
Ou á pequena melindrosa.

E em seus caprichos varia
Como varia a mulher:
Aquillo que quer, um dia,
No outro dia já não quer.

Mas num ponto os seus decretos
Não serão, jamais, mudados:
E' aquelle em que julga abjectos
Os vestidos desbotados.

E diz: -- «Em qualquer tecido!
Só côres firmes convêm:
Comprem só o que foi tingido
Com corantes INDANTHREN.

Indanthren

Fonte: Careta de 1933, edição nº 1301. Fundação Biblioteca Nacional.

Materialização de um sistema de significados que, assim como o telefone, o telégrafo, os automóveis e o cinematógrafo, a moda do século XX instaurou novas maneiras de se relacionar pessoas e artefatos, e de se pensar o panorama em que a sociedade vivia, reordenando valores e instigando o consumo de imagens e modelos diferenciados. Consequência do deslocamento das mulheres das camadas médias do espaço do lar aos espaços públicos e sua maior inserção no mercado de trabalho, a moda feminina da época sofreu modificações que ultrapassaram os detalhes, chegando a reformular toda a estrutura da roupa feminina (BONADIO, 1996, p. 79-82).

A mulher tornou-se cada vez mais emancipada, na medida que os movimentos feministas influenciavam a mudança de mentalidade que preconizava uma mulher independente, impetuosa e liberada. Tais valores entraram no Brasil num momento em que a possibilidade e a regulamentação da inserção feminina no mercado de trabalho também se fortalecia em meio à crescente urbanização das cidades e à industrialização nacional que floresceu durante a I Grande Guerra.

Diante das inovações urbanísticas, sociais e culturais, as mulheres quiseram acompanhar o novo ritmo da sociedade brasileira, livrando-se de tudo que lhes imputasse uma aparência antiquada. O retorno às condições anteriores se mostrou impossível: assim como a moda, a “nova mulher” havia conquistado seu lugar no mundo (CAMARGO, 2015, p. 5). Assim, elas

[...] descobriram seus corpos, mostraram os rostos, cortaram o cabelo e retiraram os excessos da maquiagem, e procuraram vestidos de um corte tão prático e inovador como a cidade em que viviam. (BONADIO, 1996, p. 21)

Novas proporções, simetrias, cores e diversos elementos foram adaptados para se construir a imagem da nova mulher – a mulher independente. Por meio da vestimenta, ela conseguiu reafirmar a sua confiança e poder na sociedade em tempos vulneráveis para a sua afirmação, garantindo segurança para conquistar seu papel como um agente ativo.

3.1 O vestuário como campo de lutas da emancipação feminina

Nunca a moda esteve tanto em evidência como no período da conquista de direitos pelo movimento social feminino. Reafirmada como uma grande fonte histórica para retratar as

mudanças do comportamento das sociedades, era por meio dela, que as mulheres transmitiam para sociedade seus desejos, valores e importância, corroborando para o destaque do gênero feminino.

Liberdade, praticidade e independência que somados figurariam na palavra moderna, são as características do novo ideal de feminilidade solidificado na década 20 que acompanhava a moda. Para o novo estilo de vida, as roupas femininas tornaram-se mais práticas, a partir da adoção de uma silhueta retilínea, mangas e saias e cabelos curtos (BONADIO, 1996, p. 52-55). O desnudamento de partes do corpo feminino antes encobertas, as quais se mostram e exibem, completa a nova figura feminina que, além de evidenciar o corpo, visava a facilidade no vestir (VAQUINHAS, 2016, p. 356).

Os modelos e as referências estéticas são, em geral, de inspiração francesa (SCHPUN, 1997, p. 85; PRIORE, 2006, p. 258), apresentando-se peças de linhas diretas e fluidas, até o joelho, como representado nas “elegantes mulheres do *Collarinho “Copacabana”* (Figura 7). Acessórios sabiamente escolhidos, sapatos de salto com biqueira em bico de pato e maquiagem de cores fortes e provocantes (VAQUINHAS, 2016, p. 357) completam a personagem que ganha vida nas páginas da revista *Careta*.

Figura 7 - Anúncio “Collarinho Copacabana”



Fonte: Careta de 1927, edição nº 987. Fundação Biblioteca Nacional.

Consequência da maior participação no mercado, a ênfase em indumentárias femininas mais confortáveis que proporcionam maior mobilidade e liberdade de movimentos à mulher constituem uma das marcas distintivas deste período (VAQUINHAS, 2016, p. 357). A possibilidade de tornar à mostra o corpo feminino também revela um poder de escolha e sedução em que as mulheres não se submetiam mais – ao menos não com a mesma rigidez – (GORBERG, 2016, p. 29-32) à censura do jugo patriarcal. Isto posto, não seriam mais as roupas que prenderiam as mulheres em casa.

No tocante às medidas, as roupas de então passaram a ser bem mais largas, em comparação, com as peças que encobriam os corpos no século XIX, quando anquinhos, crinolinas e espartilhos⁹ exageravam as medidas femininas, com intuito de antagonizar homem e mulher. (BONADIO, 1996, p. 21-22)

⁹ Paul Poiret e Coco Chanel são creditados por tal libertação ao criarem peças e modelos que valorizavam as curvas naturais da mulher sem a utilização de artifícios opressores, como o espartilho (VILLATORE, 2015, apud CHATAIGNIER, 2010).

A mulher brasileira estava, portanto, apta a trabalhar, divertir-se e vivenciar sua sexualidade de forma menos normatizada, fortalecendo sua busca por um novo espaço na sociedade. Nesse cenário, as roupas, além de serem grandes aliadas, se mostram claramente como uma das peças-chave de reflexão comportamental da mulher e colaboram na construção de uma rede de significados que irão comunicar aquilo que ela representa – ou se espera que represente – no meio social (VILLATORE, 2015, p. 41-43).

Ao analisar a representatividade das roupas nas lutas femininas por igualdade de gênero a partir do século XX, entende-se que através da história da moda é possível entender as modificações que ocorrem no vestuário no decorrer do tempo, mas, sobretudo consegue-se compreender também as mudanças nas estruturas sociais e as distintas representações do corpo feminino nesses processos. Estes padrões estéticos se traduzem em um novo tipo de silhueta estilizado e esguio, em substituição das formas opulentas, de cunho maternal, que corporiza os cânones da beleza da mulher da segunda metade do século XIX.

Contudo, se os cabelos curtos e as roupas simplificadas entraram nos gostos femininos, já no campo dos comportamentos as alterações foram mais tímidas: casar permanece como o sonho da mulher moderna e o casamento como garantia da sua sobrevivência econômica e de reconhecimento social (VAQUINHAS, 2016, p. 355-359). As redes de significações estabelecidas implicavam numa configuração de valores entre os sexos, em que as práticas, os símbolos, as regras de conduta ainda se mantinham sob as relações de poder (ALMEIDA, 2013, p. 189). A mulher, mesmo portadora de novas identidades pautadas na noção de liberdade, tanto nas atitudes como nos costumes, ainda é orientada pelo matrimônio para a sua realização pessoal.

Nesse sentido, embora as colunas sociais das revistas da época apresentavam as mulheres caminhando sozinhas pelas ruas, usando vestidos que mostravam as canelas, cabelos curtos e passando certa ideia de independência, também reforçavam que elas continuavam submissas ao homem (VOKS; DA SILVA; 2013, p. 9). A charge da revista *Careta* de 1925 é um exemplo do discurso que, até então, se fazia presente na época e era representado pela imprensa.

Figura 8 - Charge “A idade media e a idade dos extremos”



Fonte: Careta de 1925, edição nº 910. Fundação Biblioteca Nacional.

3.2 A flexibilização das aparências entre os gêneros

Simbolicamente, as mudanças na vestimenta feminina remetem a uma nova forma de compreensão sobre o corpo da mulher impulsionada pelo acesso das mulheres às atividades fora da tutela masculina consequente do movimento feminista e das conjusturas sociais do pós-guerra, por exemplo. A partir disso, constata-se que a moda não se restringe às vestimentas e, ainda que uma vez transformada pelas condições sociais, ela se tornará um agente suficientemente forte para alterar o comportamento social e invadir todo o universo social da mulher (BONADIO, 1996, p. 61).

Ao longo, principalmente dos anos 1920, as novas formas de compor a aparência pessoal e os novos padrões de comportamento atingiram amplos setores da sociedade brasileira, inclusive os mais conservadores, diminuindo as diferenças entre as formas de se vestir que marcam os os gêneros e fazendo da androginia uma tendência de moda (CARMARGO, 2015, p. 14-15).

As alterações de padrões e as possibilidades de vestimenta teciam relações com uma nova postura feminina, mais ousada e emancipada, em direção a uma igualdade de direitos e oportunidades guardadas ao sexo masculino. É nestes tempos que a visão de homem e mulher

como seres antagônicos começa ser substituída pela visão única de sociedade a partir da aliança da moda às pautas feministas, principalmente na busca por equalização de direitos entre os gêneros (JUNIOR et al., 2020, apud MARTINS, 2016).

Depois de um século aprisionados por regras muito estritas, que propunham uma separação visual muito bem definida entre os gêneros, homens e mulheres ousaram tornar essas fronteiras menos claras e, por vezes, deliberadamente confusas, provocando perturbações e revolucionando a participação dos corpos no espaço público. (CARMARGO, 2015, p. 14-15).

Arraigado à categoria feminilidade, o vestuário, acionado nos discursos dos movimentos feministas sempre associado a uma cadeia de restrições que compõem o gênero feminino, tornou-se parte crucial do processo da separação de binarismo de gênero, auxiliando no distanciamento entre as vivências femininas e masculinas e criando fronteiras difíceis de serem rompidas. Assim, a linha sempre bem marcada, que separava o visual da mulher e do homem do século XX, ficou nebulosa e difícil de enxergar.

O visual e a forma de se vestir mais ousado e diferenciado das demais mulheres criava uma identidade de transgressão e questionavam a estrutura social. As novas tendências no campo da moda provocaram “adesões apaixonadas” assim como “críticas ácidas e adaptações inovadoras” à essas mulheres que se afastavam dos padrões tradicionais socialmente impostos (VOKS; DA SILVA; 2013, p. 9). O novo comportamento feminino que confundia as relações e os papéis de cada sexo na sociedade, era criticado e questionado constantemente nas revistas da época por meio de charges e crônicas, como observado a seguir.

Figura 9 - Charge “A androginia na ordem do dia”



Fonte: Revista Frou-Frou de 1926, edição nº 36. Fundação Biblioteca Nacional.

[...] as sobrancelhas são pintadas a carvão, e as pálpebras se engrossam com uma tinta negra que daria para ensombrear a mais clara manhã do mundo. Nada tem de si mesmas, porque tudo que tem é artificial e fingido. O desgraçado que desposa uma das mulheres desse gênero não há de reconhecê-la quando a vir na intimidade, porque, desde a cor da face e o brilho dos olhos até a sensibilidade do coração e as virtudes da alma é tudo falso, fingido, fictício como no cinema. O primeiro engano que a mulher moderna nos impinge é o da sua beleza, o último,, quem saberá dizer? (Revista Careta, 1928. Edição 1024)¹⁰.

Consequência da maior libertação dos costumes acerca da figura feminina à masculina, a mulher e o homem reconstruíram, forçosamente, os papéis masculino e feminino dentro da sociedade e essa fronteira que os separava teve sua maior visibilidade no que concerne às roupas. Nesse sentido, Gilda de Mello e Souza (1987, p. 59), afirma que

[...] durante todo o século XIX a mulher teve sua silhueta desenhada em forma de um X (mangas bufantes e seios pronunciados, cintura afinada por espartilhos, e saias que tornavam a circunferência de base três vezes o tamanho do corpo), contrastando com a do homem, que, com uma roupa de corte reto formava a letra H. Por volta de 1920, os vestidos de corte reto, com saias que variavam entre as canelas e os joelhos e cintura baixa pouco marcada, colocaram as duas retas inclinadas do X lado a lado, aproximando-o do H que desenhava o traje masculino. (MELLO E SOUZA, 1987, p. 59)

A vigência desses novos modelos diverge diretamente das idéias recorrentes que simbolizavam o ideal de masculino e feminino imperante, dentro do qual, a mulher deve ser

¹⁰Pequeno fragmento de um texto intitulado *A mulher, a beleza e a mentira*, assinado por Berilo Neves e publicado em 1928 na revista *Careta*.

fraca e passiva, e o homem, forte e ativo. A beleza na modernidade feminina estava na capacidade da mulher tornar-se livre, emancipar-se e prover sua vida, o que, ao mesmo tempo, gerava um mal-estar necessário no sistema patriarcal. É possível dizer que a mulher moderna é uma das principais construções de transgressão cultural e social vinculadas a uma moda feminina, a um conjunto de costumes e a uma escolha de vida (DE CARVALHO CASTRO, 2019, p. 101-102).

A liberdade conquistada pela mulher das grandes cidades tem assim sua ordem invertida, e consequentemente condenada por tornar um problema social, “tão grande a ponto de desestruturar a família brasileira” (BONADIO, 1996, p. 67-69). A adoção de peças até então usadas somente pelos homens provocava uma série de reações sociais que variavam entre a aceitação e a desaprovação dos novos hábitos, ora com consideração, ora rejeição, por perplexidade ou adaptação. O imaginário compartilhado pela parcela masculina da população, que enxergava a mudança de costumes como um fator decorrente da contínua decadência de valores da sociedade, começou a relacionar o arquétipo da mulher moderna com diversos preconceitos da herança patriarcal (DE CARVALHO CASTRO, 2019, p. 93).

A mulher, que no cuidado masculino continua histórica, agora, na emancipação da modernidade, também é pejorativamente masculinizada. Sua figura, que reunia as características atribuídas à modernidade feminina, estava lutando, ainda que inconscientemente, contra a dominação masculina. A charge da edição nº 42 do periódico Revista Feminina de 1917 (Figura 6) é um exemplo da significativa modificação do comportamento da mulher diante da ascensão feminina na busca por igualdade de gêneros, cada vez mais incisivas e inseridas na dinâmica das cidades no século XX.

Figura 10 - Charge “O lar de uma Suffragette...”



Fonte: Revista Feminina de 1917, edição nº 42. Fundação Biblioteca Nacional.

Apesar da sátira do novo comportamento feminino, a charge retrata com veracidade os fatos cotidianos (VILLATORE, 2015, p. 38) dos novos tempos modernos. As roupas práticas já

estavam instituídas, e a moda caminhava muito mais em direção ao unissex do que à mulher-mãe.

Tendo se apropriado de alguns elementos do traje masculino, uma questão pairava no ar: O que mais eles teriam de dividir? Isto é, que outras esferas do mundo masculino o “bello sexo”, iria invadir? (BONADIO, 1996, p. 80)

Apartadas do que havia sido seu padrão visual e moral por mais de cem anos, tornavam-se estranhas, um inegável perigo (BONADIO, 1996, p. 74); afinal, fica claro que, a principal marca de uma “mulher moderna” é a negação e a desobediência dos preceitos estabelecidos pelas figuras masculinas da sua família. A grande importância que a vestimenta tem dentro de quadro é sua visibilidade imediata, e por isso, ameaçadora.

3.3 A emancipação feminina sob a ótica da imprensa

Ressaltado como portador dos novos ideais liberais, as transformações que afetaram a sociedade brasileira no século XX, também refletiram na modernização da imprensa (CAETANO, 2018, p. 2). Importante instrumento na divulgação do imaginário da sociedade que se construía sob os pilares da modernização, evolução e progresso, as revistas ilustradas encontraram terreno fértil para surgir e se consolidar no posto de “mediadoras de saberes, de práticas sociais e de linguagens” (VILLATORE, 2015, apud OLIVEIRA, VELLOSO, LINS, 2010, p. 12).

O contexto histórico da virada do século, associado às crescentes contradições, ao progresso e aos anseios da população demonstravam que as mudanças nas metrópoles, longe de serem passivamente aceitas, eram discutidas, ironizadas e mimetizadas nas páginas das revistas. (VILLATORE, 2015, p. 26-27)

Ao exercerem uma grande influência tanto no nascimento quanto na propagação de informações e opiniões (MOURA, 2020, p. 3), os discursos veiculados nos meios de comunicação provocavam impactos diretos nos comportamentos femininos (DE CARVALHO CASTRO, 2019, p. 95) tanto pela significativa visibilidade atribuída ao corpo e à beleza feminina, quanto pelo seu manuseio como tribuna na defesa dos direitos das mulheres (BERNARDES, 2013, p. 26). Segundo Ana Luiza Martins, a participação feminina na produção de impressos no Brasil começou na primeira metade do século XIX, dando

“visibilidade para o universo feminino enquanto se colocavam num mercado predominantemente masculino” (CAETANO, 2018, apud MARTINS, 2013, p. 67).

Os periódicos se transformaram em um veículo que registrava todo um contexto político, histórico, cultural e social, ao mesmo tempo em que englobava elementos subjetivos de quem os escrevia. Seu significativo auxílio ao entendimento das relações comportamentais dos atores sociais da época possibilitou o fortalecimento da imprensa como principal veículo de informação dedicado às mulheres e maior meio de divulgação dos ideais feministas no Brasil.

Influenciada pelas mudanças do período, a mulher da década de 1920 tem novos hábitos, comportamentos e maneiras (MACHADO et al., 2008, p. 3-4). Ao adentrar no universo jornalístico tradicionalmente masculino, além de romper com os limites do privado, as mulheres utilizaram o jornal como um meio de politização do cotidiano feminino, se inserindo gradualmente nos debates políticos da época e lutando por seus direitos (DE MOURA; SANTOS; 2018, apud GOMES, 2009).

Segundo Hahner (1981, p. 55), os periódicos da época também esclareciam as mulheres sobre sua condição na sociedade e seu potencial, e defendiam “a idéia essencial de que a dependência econômica determinava a subjugação feminina e de que uma educação melhor¹¹ poderia ajudar a elevar o status da mulher”. O relato da situação feminina vivida (BERNARDES, 2013, p. 26) marca o início de um período em que a luta e a atenção das mulheres estariam voltadas para um principal objetivo: a reivindicação do voto feminino. A capa da edição 20 da revista *Fon Fon* de 1914 (Figura 11) é um exemplo da representação das manifestações femininas, cada vez mais recorrentes e incisivas no início do século XX, nos periódicos da época.

¹¹ Após a independência do Brasil, com o projeto nacional de formar o novo cidadão, a educação tornou-se fundamental para a construção do cidadão brasileiro. Mediante este projeto de formação do novo cidadão, a mulher tem ocupado o espaço escolar e sua presença revela que o processo de emancipação da escola se mescla aos anseios de emancipação individual (TELLES, 2014, p. 5).

Figura 11 - Ilustração “Suffragistas...”

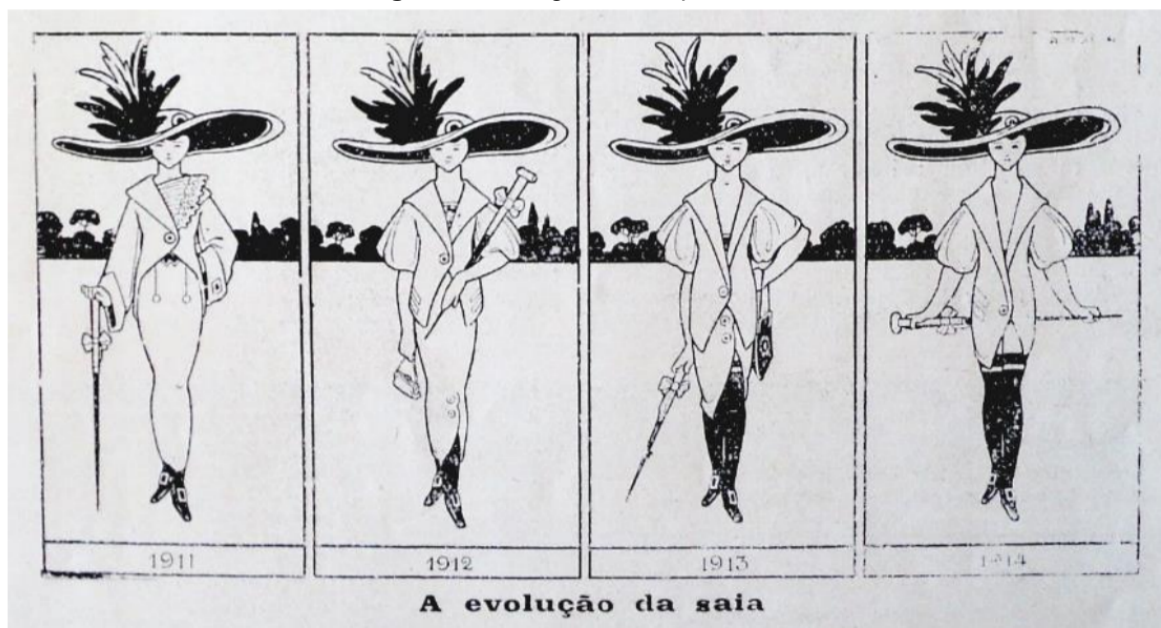


Fonte: Fon Fon de 1914, edição nº 20. Fundação Biblioteca Nacional.

A partir desse momento a moda se transforma, sendo que singularidades surgem das misturas entre roupas, sapatos, maquiagens, cabelos, comportamentos e as subjetividades individuais (MORAIS; IRSCHLINGER, 2012, p. 142-143). Ao analisar o posicionamento de alguns periódicos do século XX em relação ao comportamento feminino, entende-se que as caricaturas, charges e anúncios da época podem ser analisados, também, como cronistas dessas novas atitudes das mulheres do início do século, principalmente em termos de vestimentas, e de ressemantização de comportamentos.

A charge publicada em 1912, intitulada “*A evolução da saia*” (Figura 12), apresenta um caricatura desses novos modelos que indicava um comportamento mais ousado e liberal para época, bem diferente do estilo conservador do século passado. A mulher ilustrada também expõe a acelerada mudança do comprimento das saias das mulheres, e adaptação dos acessórios e adornos, por exemplo, de acordo com comportamentos em voga.

Figura 12 - Charge “A evolução da saia”



Fonte: Fon Fon de 1912, edição nº 45. Fundação Biblioteca Nacional.

Durante o decorrer das décadas, a figura da “mulher moderna” é constituída, na visão psicossocial, não apenas da sobreposição dos limites de gêneros, como também dos pecados relacionados à promiscuidade, adquirindo inúmeras conotações e reduzindo as mulheres a tipos sociais padronizados. O curioso paradoxo é que o discurso das revistas enfatizavam uma

mulher ligada às novidades da moda e, ao mesmo tempo, uma dama tradicional (ROCHA; BON; 2020, p. 104-106).

[...] o modo de ver e representar as mulheres; os traços captavam as contradições do período, destacando em uma capa de revista, o movimento sufragista, como símbolo dos novos tempos e ironizando e reprimindo, pelo riso, as novas modas femininas. (VILLATORE, 2015, p. 94)

As revistas dedicadas ao público feminino, desde meados do século XIX, funcionavam como veículo difusor da moda; conseqüentemente, cabia-lhes também privilegiar ou não a construção dessa nova imagem feminina. É bom lembrar que esses periódicos não se restringiam apenas ao vestuário, mas também continham as informações necessárias para que uma mulher da época adotasse um comportamento de acordo com as regras sociais; havia informações de teatro, música, arte, etiqueta e também pequenos contos e romances folhetins (BRAGA; PRADO, 201). Essa produção jornalística é um importante inventário dos costumes em termos de vestimenta e de hábitos culturais (CASADEI, 2012, p. 1).

Os anúncios [...] sustentaram representações do feminino como significados específicos dentro de uma variedade de mulheres possíveis na vida social da época. Seus objetivos, portanto, eram construir uma compreensão coletiva sobre o que seria ou deveria ser a mulher idealizada em um momento de importantes transições. Eram seletivos e elegiam uma representação dentro do leque de possibilidades experimentadas pelas mulheres em suas relações concretas de vida. (ROCHA; BON; 2020, p. 106)

Dessa maneira, é possível perceber uma relação de influência por parte dos periódicos para que ocorressem mudanças na indumentária: se não houvesse mudanças no vestuário, não haveria conteúdo para a coluna de moda nos periódicos. Encartes sobre os novos cortes de cabelo, conselhos sobre casamento, propagandas de vestimentas que seguiam as tendências parisienses e hollywoodianas e anúncios de tônicos e cosméticos atraíam os gostos femininos que, cada vez mais condizentes com as mudanças socioculturais da época, eram vitrines da sociedade moderna que se construía e influenciava a opinião pública (VILLATORE, 2015, p. 31).

As caricaturas publicadas na época, naturalmente, podem ser tratadas também como expressão de linguagem capaz de sentir e perceber a sociedade, contribuindo para o

entendimento de algumas das suas faces e para a reflexão acerca de algumas de suas práticas. O percurso gráfico informa, por meio das representações detalhistas, as transformações dos referenciais de indumentária e do lugar da mulher na sociedade, permitindo o exame de ações distintivas e inclusivas, estratégias para a autoafirmação, a aprovação ou até mesmo para o alargamento de fronteiras morais, em meio a mudanças de valores, convenções e desejos nas primeiras décadas do século XX (GORBERG, 2016, p. 50).

A partir disso, as publicações desempenharam papel de verdadeiros agentes mediadores no processo de atualização cultural, transformando em especialistas na apropriação, tradução e circulação de saberes (VELLOSO, 2008, p. 11). Seja pelas mudanças das indumentárias e a extravagância de alguns modelos utilizados por essas mulheres, ou pelo fato de esse fenômeno social começar a ser mais difundido nas publicações da primeira república, a moda, diante do crescimento da imprensa e o surgimento de novas revistas ilustradas, pôs em evidência a construção do imaginário da mulher na metrópole moderna que transmitia valores simbólicos, como: sensualidade, religiosidade, elegância, graça, beleza e talento (DOURADO, 2005, p. 30), questionando condutas, até o momento, intrínsecas a sociedade brasileira e a distinção dos gêneros.

4. Considerações finais

Embora a moda apresente um cunho normatizador em diversos momentos da humanidade, no período analisado, ela se tornou uma ferramenta de luta das mulheres para vestir o que se pensa, traduzindo-se em um sinal de identidade e emancipação. Portadora de significados ideológicos que determina, em contextos históricos e culturais específicos, aspectos das relações sociais de poder e gênero, nas primeiras décadas do século XX, a moda se tornou um símbolo de protesto, especialmente para a primeira onda feminista brasileira.

Através das lutas feministas, as mulheres reivindicaram o direito ao voto; recusaram um papel exclusivo de serem mães e mantenedoras do espaço privado, que em outrora, tradicionalmente lhes fora relegado; pleitearam o seu local no espaço público, nos campos da educação e do trabalho; e buscaram pela independência emocional e financeira. O comportamento, os jeitos e trejeitos, as roupas e a civilidade adotada pelas mulheres agiam como uma ferramenta que dava coesão entre as lutas por direitos iguais e a reação da sociedade. Nesse sentido, as mudanças na forma de se vestir acompanham a necessidade da mulher em assumir espaços tradicionalmente ocupados por homens, questionando as esferas sociais e modificando os modos de pensar.

As revistas ilustradas, como observado, informam essas transformações dos referenciais de indumentária e do lugar da mulher na sociedade, permitindo o exame de ações distintivas e inclusivas, estratégias para a autoafirmação, a aprovação ou até mesmo para o alargamento de fronteiras morais, em meio a mudanças de valores, convenções e desejos do século XX. Ao articularem os novos comportamentos da mulher moderna, as representações da mulher nos anúncios do período foram extremamente importantes para entender as mudanças ocorridas tanto no comportamento cultural das mulheres quanto no processo modernizador concomitante à atuação do movimento feminista no país.

Em uma explicação breve, o feminismo, entendido como um movimento de ação política cujo objetivo central, é obter direitos para as mulheres em igualdade de condições com os homens. Desde seu surgimento no Brasil no final do século XIX, o discurso do movimento questiona a identidade feminina pautada nos códigos de sociabilidade, parâmetros, linguagem e

referências patriarcais, consolidando uma maior participação feminina na sociedade. A sua ascensão no país, também possibilitou a transgressão de padrões de valores pré-estabelecidos, não no sentido de uma negação absoluta dos limites impostos, mas de um movimento que, ao afirmar novos valores, estimula a recriação da identidade da mulher brasileira.

O movimento feminista percorreu uma longa linha do tempo com histórico de lutas, entraves e evolução. Não isenta de sua participação, nesse entremeio, a moda sofreu severas influências que alteraram substancialmente todo o seu curso de existência. A partir da revisão de literatura, bem como da análise do conteúdo dos periódicos da época, nota-se que moda e suas transformações no início do século XX, pode ser considerada uma aliada às lutas femininas emancipatórias da época, principalmente na busca por equalização de direitos entre os gêneros. O vestuário, sendo uma das formas mais significativas inserida no sistema da moda, nessa relação simbiótica, reafirma a luta por igualdade sociais e impulsiona a quebra dos estereótipos e padrões que foram forçados e muitas vezes relegados de forma restrita às mulheres.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Chimamanda Ngozi Adichie Flawless Speech. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=75BknhBhWVg>>. Acesso em: 22 jan 2022.

AFLALO, Hannah Maruci. **Basta votar? A luta pelo voto feminino e o controle sobre a participação política das mulheres no Brasil**. Estudos de Sociologia, Recife, 2017, vol. 2, n. 23.

ALMEIDA, Jane Soares de. **As gentis patricias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920/1940)**. Educar em Revista, n. 48, p. 187-205, 2013.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, v. 4, p. 113-121, 2013.

ARAÚJO, Denise Castilhos de; LEORATTO, Daniele. **Alterações da silhueta feminina: a influência da moda**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 35, p. 717-739, 2013.

AZAMBUJA, Cristina Spengler. **O papel social da mulher brasileira nas décadas de 30 a 60, retratada através das propagandas veiculadas na revista O Cruzeiro**. Revista Gestão e Desenvolvimento, v. 3, n. 1, 2006.

BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescent. **República brasileira em jornais femininos da época (1889-1890)**. Cadernos de Pesquisa, n. 71, p. 20-28, 2013.

BONADIO, Maria Claudia. **Moda! Um perigo para as boas moças. Estudo sobre a imagem feminina (1900-1930)**. 1996. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

BRAVO, Yamila L. Moreira. **La simbología del traje sastre femenino y el discurso de emancipación femenina**. Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos, n. 100, p. 51-65.

CABRAL, Eugênia Melo. **Primeiras histórias - O surgimento das imprensas feminina e feminista no Brasil**. v. 14, n. 10, p. 2010, 2008.

CAETANO, Vívian Marcello Ferreira. **Gênero, condição feminina e relações de poder nas revistas: Brasil Feminino e Momento Feminino (1930-1950)**. Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. 2018.

CAMARGO, RFT. **Moda e androginia nos anos 1920**. Simpósio Nacional de História, v. 28, 2015.

CASADEI, Eliza Bachega. **Jornalismo de Moda em Revista: momentos históricos do registro editorial da moda no Brasil no período anterior aos anos 60**. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 53, p. 01-09, 2012.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Revista Gênero, v. 5, n. 2, 2005.

_____; SARDENBERG, Cecília Maria B. **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DA SILVA BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen. **Jornalismo Feminino e Jornalismo Feminista: Aproximações e Distanciamentos**. Vozes e Diálogo, v. 14, n. 02, 2015.

DE CARVALHO CASTRO, Tatiana. **A construção da imagem da “mulher moderna” no início do século XX no cinema e na imprensa**. Ars Historica, n. 18, p. 87-103, 2019.

DE CASTRO, Laise Lutz Condé. **O vestuário feminino como campo de lutas de emancipação das mulheres**. 13º Congresso Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11. Florianópolis. 2017.

DE GREGORI, Juciane. **Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para a conquista de direitos**. Caderno Espaço Feminino, v. 30, n. 2, 2017.

DE LARA, Natalia Sayuri Watanabe; CALVO, Ana Paula. **O sufrágio feminino no Brasil visto a partir do Design Gráfico: ilustrações das revistas Careta e O Malho entre 1910 e 1932**. In: XV Jornada de Iniciação Científica e IX Mostra de Iniciação Tecnológica-2019. 2019.

DE MELO, Alexandre. **Os fatos históricos que marcaram as conquistas das mulheres**. Nova Escola, 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/3522/os-fatos-historicos-que-marcaram-as-conquistas-da-s-mulheres>>. Acesso em: 20 out 2020.

DE MELO, Hildete Pereira. **Partido Republicano Feminino**. Revista historia de la educacion latinoamericana, v. 18, n. 26, p. 315-321, 2016.

DE MOURA, Nayara Aparecida; SANTOS, Simone Maria. **O feminismo de primeira onda em Minas Gerais: a resistência feminina e a imprensa no início da década de 20. XX**. Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR). 2018.

DE OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues; CASSAB, Latif Antonia. **O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas**. 2014.

DOURADO, Rosiane de Jesus. **As formas modernas da mulher brasileira (1920-1939)**. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Design) - Setor de Artes e Design, PUC. Rio de Janeiro, 2005.

FACCHINETTI, Cristiana; CARVALHO, Carolina. **Loucas ou modernas? Mulheres em revista (1920-1940)**. cadernos pagu, n. 57, 2019.

FEIJÃO, Rosane. **Moda e moral: algumas questões entre os séculos XIX e XX.** Contemporânea (Título não-corrente), v. 11, n. 2, 2013.

FREISLEBEN, Fairuce Angelica da Costa. **O movimento feminista no Brasil: Trajetória e conquistas.** Não me Kahlo, 2019. Disponível em: <<https://naomekahlo.com/o-movimento-feminista-no-brasil-trajetoria-e-conquistas/>>. Acesso em: 20 out 2020.

GORBERG, Marissa. **Moda no Brasil nos anos 1920: um olhar nas caricaturas de Belmonte.** dObra [s]–revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, v. 9, n. 20, p. 26-51, 2016.

GROSSI, Miriam Pillar. **A Revista Estudos Feministas faz 10 anos uma breve história do feminismo no Brasil.** Estudos Feministas, p. 211-221, 2004.

HELLER, Barbara et al. **Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920).** 1997.

ISMÉRIO, Clarisse. **Construções e representações do universo feminino (1920-1945).** Historiæ. Rio Grande, v.3, n.2, p.164-184, 2012.

JUNIOR, Glauber Soares; DE MEDEIROS DANTAS, Ítalo José; OLIVEIRA, Isadora Franco. **A moda como espelho da sociedade: as influências do movimento feminista. Mídia, moda e sociabilidades: relações de gênero e sexualidade, aspectos sociais e identitários na cultura brasileira a partir do século XXI.** Editora Bagai. 2020.

KARAWCZYK, Mônica. **“O voto e as saias”: as repercussões do projeto Lacerda sobre o alistamento feminino (1917).** Revista Autos & Baixas, v. 3, n. 1, 2015.

_____. **Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro.** Estudos Ibero-Americanos, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.

LABIAK, Fernanda Pereira; DE MELO MIGUEL, Alexia. **O feminismo no Brasil e a contestação do patriarcado pelo direito e pelas lutas das mulheres.** I Colóquio de Direito e Diversidades “A Defesa dos Direitos em tempos de crise”, p. 18. 2020.

LIMA DE CARVALHO, Ana Paula. **A produção da moda no Brasil, no período do pós-guerra aos anos 50: mudanças e permanências culturais.** DeSignis, n. 1, p. 0129-142, 2001.

MACENA, Fabiana Francisca. **Sobre a complexa arte de prender maridos: a construção da verdadeira mulher nas páginas da revista Fon-Fon (1907-1914).** Caderno espaço feminino, v. 23, n. 1-2, p. 103-129, 2010.

_____. **Madames, mademoiselles, melindrosas: "feminino" e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914).** Brasília, 2010.

MACHADO, Clarice; LACERDA, Larissa; AMARAL, Renata; LOURDES, Renata. **O espaço e o papel femininos na década de 1920**. Revista de História Contemporânea, Viçosa, v. 2, p. 1-6, maio. 2008.

MATUOKA, Ingrid. **Níbia Floresta: a primeira educadora feminista do Brasil**. Centro de Referências em Educação Integral. 21 jun. 2017. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>>. Acesso em: 13 out 2020.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo**. Métis: história & cultura, v. 6, n. 12, 2007.

MESQUITA, Cristiane; JOAQUIM, Juliana T. **Rupturas do vestir: articulações entre moda e feminismo**. Design, Arte, Moda e Tecnologia. São Paulo: Rosari, Universidade Anhembi Morumbi, PUC-Rio e Unesp-Bauru, p. 87-101, 2012.

MICHELON, Francisca Ferreira; DOS SANTOS, Denise Ondina Marroni. **A roupa do moderno: representações da moda na década de 1920**. Conexão-Comunicação e Cultura, v. 5, n. 10, 2006.

MIRANDA, Ana Paula Celso; GARCIA, Carol; MELLO, SCB. **A moda como elemento de comunicação: uma forma de expressão e integração na sociedade moderna**. In: INTERCOM–CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 1999.

MORAIS, Natani Cristtine; IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **Moda, mulher e sociedade brasileira (1920-1940)**. Akropolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, v. 20, n. 3, 2012.

MOREIRA, Luciane Garcia; RODRIGUES, José Carlos. **Em dia com a moda. Da emancipação feminina ao culto à juventude nos anos 60: a representação da feminilidade nas páginas de A Cigarra**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2011

MOURA, Nayara. **A Família: Análises e questionamentos sobre o movimento feminista de Primeira Onda no Brasil**. Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, v. 7, n. 12, p. 1-28, 2020.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral; DA SILVA MELO, Alexandre Vieira. **Melindrosas em revista: gênero e sociabilidades do início do século XX (Recife, 1919-1929)**. História Revista, v. 19, n. 3, p. 6-20, 2014.

NÍSIA Floresta (escritora). In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%ADsia_Floresta_\(escritora\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%ADsia_Floresta_(escritora))>. Acesso em: 13 out 2020.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. **A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945)**. Cadernos Pagu, n. 39, p. 313-343, 2012.

OTTO, Clarícia. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 238-241, 2004.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP). 2019.

PEZZIN, Paola Sarlo. **O reino das aparências: a emancipação feminina nas propagandas da década de 1920**. Revista do Colóquio, n. 13, p. 45-54, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo)**. Estudos Feministas, p. 321-333, 2014.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

REVISTA Feminina. Edição nº 42, 1917. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pesq=&pagfis=488>>. Acesso em: 02 fev 2021.

ROCHA, Everardo; BON, Olga. **Muitas mulheres, raras mulheres: representações do feminino nos anúncios dos anos 1920**. Lumina, v. 14, n. 3, p. 94-111, 2020.

ROCHA, Marcos Maciel de Sousa. **Moda, feminismo & gênero: a conquista dos direitos das mulheres sob a ótica da moda**. 2015.

SARDENBERG, Cecília Maria B. **Feminismos, feministas e movimentos sociais**. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). Mulher e Relações de gênero. São Paulo: Loyola, 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular**. Cadernos de pesquisa, n. 64, p. 38-47, 2013.

_____. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCHEMES, Claudia; DOBLER, Graziela. **A representação da mulher nos anos 1940 em Novo Hamburgo/RS**. Revista Conhecimento Online, v. 2, p. 3-13, 2015.

SCHOLL, Raphael Castanheira; DE SOUZA, Evandro André; WENDT, Guilherme. **Por trás dos panos: moda, história e constituição do feminino**. Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada), v. 10, n. 1, 2010.

TIDELE, Jesica. **Moda y feminismo: la vestimenta como símbolo de protesta**. Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos, n. 100, p. 27-40.

VAQUINHAS, Irene. **Cabelos à Joãozinho e melindrosas: uma nova imagem das mulheres nos anos 1920**. Falar de Mulheres dez anos depois. No Centenário do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, coord. de Isabel Henriques de Jesus; Paula Gomes Ribeiro; Rita Mira e Zília Osório de Castro, p. 353-360, 2016.

VILLATORE, Flávia Roberta. **Representações de moda nas revistas ilustradas brasileiras do início do século XX**. 2015. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Bacharelado em Design, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

VOKS, Douglas Josiel. **As representações sociais sobre as mulheres na revista Careta (1910–1920): entre a mulher ideal e a independente**. *Temporalidades*, v. 4, n. 1, p. 175-188, 2012.

_____; DA SILVA, Luana. **A moda e a beleza ditada pela revista careta: ser mulher no universo burguês (década de 1920)**. VI Congresso Internacional de História, 2013.

WARKEN, Júlia. Cláudia, Política e Poder. 2020. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/politica-poder/pioneirismo-mulheres-rio-grande-do-norte-politica/>>. Acesso em: 20 jan 2022.